

Aula 00

*Contabilidade p/ BNDES (Profissional
Administração) Com Videoaulas - 2020*

Autor:

Júlio Cardozo, Luciano Rosa

05 de Abril de 2020

Sumário

1. Metodologia.....	4
1.1 - Conteúdo	4
1.2 - Questões de Concursos	5
1.3 - Resumos e Mapas Mentais	5
2. Apresentação Pessoal.....	5
3. Cronograma de Aulas	6
4. Perguntas Frequentes No Curso.....	7
5. Dicas Para Que Você Possa Aprender Contabilidade e Evoluir Na Disciplina	8
6. CPC 00: Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade	10
6.1 - Introdução	10
7. Situação e Finalidade da Estrutura Conceitual.....	11
7.1 – Situação e Finalidade da Estrutura Conceitual:	11
8. Divisão Do CPC 00 (R2)	13
9. Capítulo 1 - Objetivo Do Relatório Financeiro Para Fins Gerais.....	14
9.1 - Desempenho Financeiro Refletido Pela Contabilização Pelo Regime De Competência	19
10. Capítulo 2: Características Qualitativas De Informações Financeiras Úteis	21
10.1 - Características Qualitativas Fundamentais.....	22
- Relevância	23
- Representação Fidedigna	25
10.2 - Características Qualitativas De Melhoria	30
- Comparabilidade.....	31
– Capacidade de Verificação	32
- Tempestividade.....	33
- Compreensibilidade.....	33



10.3 - Restrição de Custo na Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Útil.....	36
11. Capítulo 3: Demonstrações Contábeis E A Entidade Que Reporta.....	37
11.1 - Entidade Que Reporta	41
11.2 - Demonstrações Contábeis Consolidadas E Não Consolidadas.....	41
12. Capítulo 4: Elementos Das Demonstrações Contábeis.....	42
12.1 - Definições.....	43
- Ativos.....	45
- Passivos.....	47
- Patrimônio Líquido.....	47
- Desempenho	48
13. Capítulo 5: Reconhecimento E Desreconhecimento.....	50
13.1 - Processo de reconhecimento.....	50
14. Capítulo 6: Mensuração	52
14.1 - Valor justo.....	55
14.2 - Valor Em Uso E Valor De Cumprimento.....	56
14.3 - Custo Corrente.....	56
15. Capítulo 8: Conceitos de Capital E Manutenção De Capital.....	61
16. Questões Comentadas.....	66
17. Lista de Questões.....	101
18. Gabarito.....	112
19. Resumo.....	113



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão?

Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Convergência de Normas Contábeis**, com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**, para o cargo de **Profissional - Contabilidade** do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O edital ainda não foi publicado! Todavia, sabemos da necessidade de se estudar com muita antecedência para concursos de alto gabarito. **Quem deseja uma das vagas disponibilizadas no próximo concurso deve começar os estudos hoje!**

A expectativa é de que o concurso seja realizado nos próximos anos, devido à validade do último concurso ter expirado.

O último edital foi publicado em 2012, a banca examinadora foi a **CESGRANRIO** e previa formação de Cadastros de Reserva de Pessoal para o cargo de nível superior Profissional Básico - Contabilidade.

Lembrando que para concorrer a este cargo é preciso ter diploma ou certificado de conclusão, devidamente registrado, de curso de graduação de **nível superior**, bacharelado, em **Ciências Contábeis**, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e **Registro Profissional no Conselho Regional de Contabilidade - CRC**.

Sobre a remuneração, grande interesse de todos, falamos que inicialmente é de **R\$ 11.859,80** para jornada de trabalho de 35 horas semanais. Além do salário base, os servidores também podem receber adicional por tempo de serviço, gratificação mensal de 25% e os seguintes auxílios: Assistência Educacional (reembolso por dependente com idade até 17 anos e 11 meses); Auxílio-Refeição (acrescido de cesta-alimentação no valor de R\$ 609,87); Assistência Saúde.

A ementa de Convergência das Normas Contábeis no último edital foi a seguinte:

CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

O processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade. Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Normas emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Framework), Apresentação das Demonstrações Contábeis, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, Receitas, Evento Subsequente, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros, Demonstração do fluxo de caixa (métodos direto e indireto), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Arrendamento mercantil (operacional e financeiro), Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Ajuste a Valor Presente, Investimento em Coligada e em Controlada, Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), Informações por Segmento, Demonstrações Separadas, Demonstração Intermediária, Demonstrações



CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

Consolidadas, Estoques e Combinação de Negócios, Intangível, Tributos sobre o lucro, Custos de empréstimos, Ativo Imobilizado, Contabilidade para pequenas e médias empresas, Custos de transação e prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Vamos falar um pouco mais da nossa disciplina neste certame e de como ela deve aparecer na sua prova.

Ainda, não sabemos qual será a próxima banca examinadora. Então, inicialmente vamos trabalhar com as principais bancas e quando tivermos alguma definição, nós voltamos o foco a banca examinadora.

1. METODOLOGIA

1.1 - Conteúdo

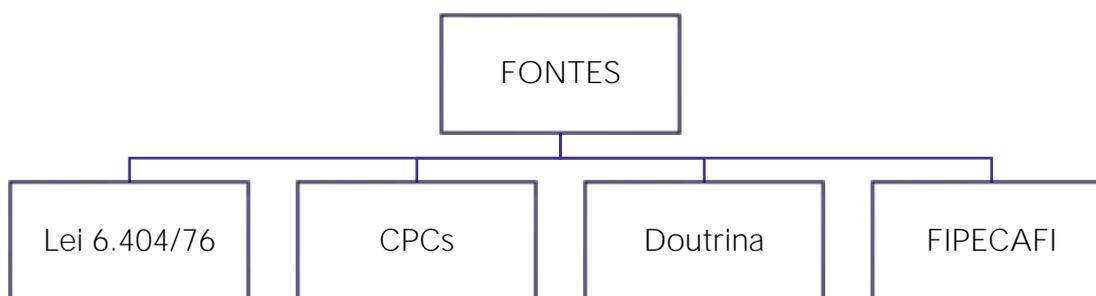
Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: [Livros Digitais em PDF \(Teoria e Questões\)](#) + [Vídeos Completos \(Teoria + Questões\)](#) + [Fórum de Dúvidas](#).

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas e a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% [atualizado](#) de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIECAFI).



1.2 - Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.

Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.

1.3 - Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, ao final de cada aula, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais, na área do aluno, para ajudar na fixação do conteúdo.

Essas duas ferramentas são apresentadas sem prejuízo do resumo completo que é disponibilizado na área do aluno do Estratégia Concursos.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

2. APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou **professor de Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.



Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

[Facebook](#): [Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos](#)

[Instagram](#): [@profjuliocardozo](#), [@contabilidadeconcurso](#) e [@prof.silviosande](#)

3. CRONOGRAMA DE AULAS

Vejam a distribuição das aulas:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	III - CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: O processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade. Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Normas emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Framework),
Aula 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis,
Aula 2	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro,
Aula 3	Receitas e Informações por Segmento,
Aula 4	Evento Subsequente,
Aula 5	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes,
Aula 6	Reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros, Arrendamento mercantil (operacional e financeiro).
Aula 7	Demonstração do fluxo de caixa (métodos direto e indireto),
Aula 8	Demonstração do Valor Adicionado (DVA),
Aula 9	Redução ao Valor Recuperável de Ativos,
Aula 10	Ajuste a Valor Presente,
Aula 11	Investimento em Coligada e em Controlada,
Aula 12	Demonstrações Consolidadas,
Aula 13	Combinação de Negócios,
Aula 14	Estoques
Aula 15	Intangível,
Aula 16	Tributos sobre o lucro e Custos de empréstimos,
Aula 17	Ativo Imobilizado,
Aula 18	Custos de transação e prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
Aula 19	Resumo do curso – Prof. Julio Cardozo
Aula 20	Questões Reta Final – Prof. Julio Cardozo

Obs.: não inclui: "Contabilidade para pequenas e médias empresas, Demonstrações Separadas, Demonstração Intermediária, Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)"



Caso seja necessário, alguma alteração pode ser necessária, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória

é o desejo de vencer. (Gandhi)

4. PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos que ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O concurseiro dificilmente terá o *feeling* para entender aquilo que realmente será cobrado e quais os temas pelos quais a banca tem predileção. Portanto, tudo o que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.



5. DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA



Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! **“Mas importante do que a velocidade, é a direção”**.

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta **para “aceitar”** algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar **“pré-conceitos” de lado**.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são dependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.



Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas” **Sun Tzu**.

Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa “base contábil”, como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



6. CPC 00: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

6.1 - Introdução

O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral**. Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral**.

As demonstrações contábeis também são úteis aos usuários internos. Todavia, elas se destinam aos usuários externos.

A seguir, um quesito:

(Contador/DPU/2016 - adaptada) O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras úteis acerca da entidade para a tomada de decisão por parte de usuários internos, como os gerentes de produção, e de usuários externos, como os acionistas.

Comentários:

A questão erra ao mencionar os usuários internos, como os gerentes de produção. Não há dúvida de que o Gerente de produção pode usar o relatório financeiro para fins gerais. Mas, para o seu trabalho, o gerente de produção pode solicitar ou gerar outras informações necessárias (evolução do gasto de matéria prima, horas/homem para produzir uma tonelada de produto, etc) que não constam nos demonstrativos contábeis.

Segundo o Pronunciamento CPC 00 (R2):

1.2 O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. 2 Essas decisões envolvem decisões sobre:

(a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;

(b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou

(c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Esses usuários se utilizarão das demonstrações para diversos fins, tais como decidir quando comprar e vender ações, avaliar a segurança quanto à recuperação de recursos financeiros emprestados à entidade, entre outros.



7. SITUAÇÃO E FINALIDADE DA ESTRUTURA CONCEITUAL

A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.

7.1 – Situação e Finalidade da Estrutura Conceitual:

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Estrutura Conceitual) descreve o objetivo e os conceitos para o relatório financeiro para fins gerais.

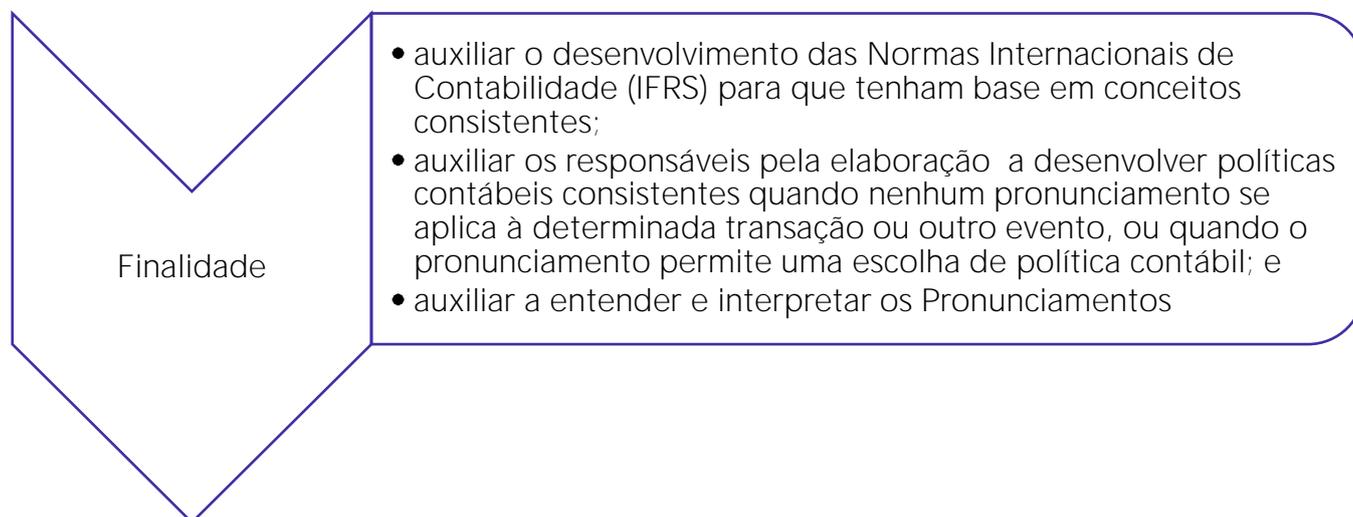
A finalidade desta Estrutura Conceitual é:

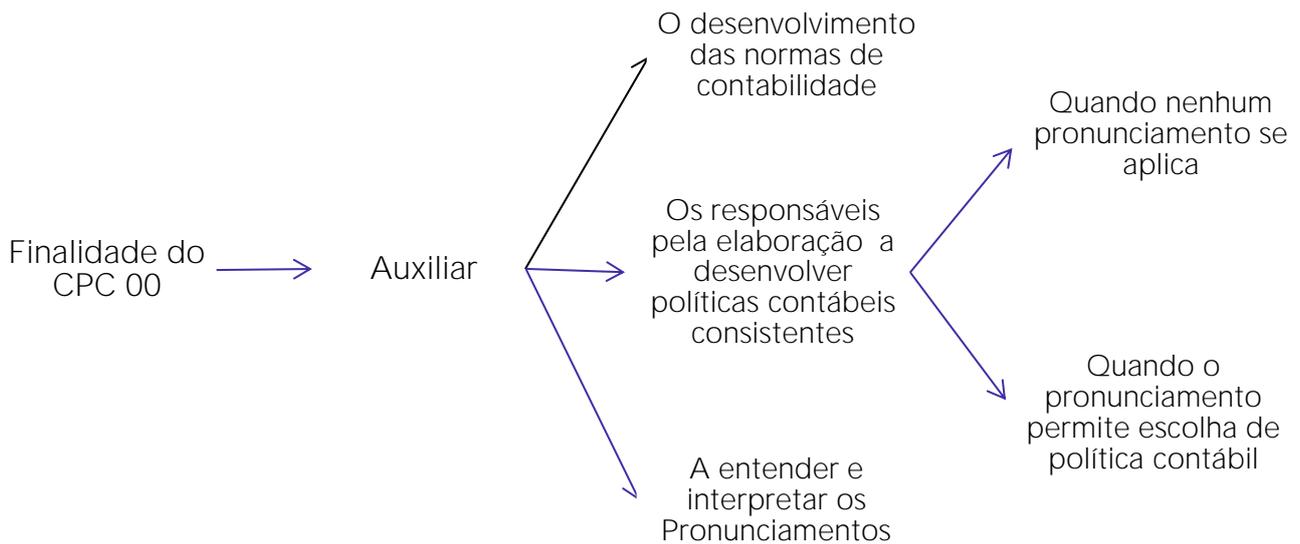
- A) auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- B) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- C) auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) decidiu, desde 2008, adotar a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB no desenvolvimento dos Pronunciamentos Técnicos do CPC.

A presente Estrutura Conceitual revisada foi emitida pelo IASB em março de 2018.

Esquematizemos:





A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito, e não se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento.

O IASB pode, eventualmente, especificar requisitos que divergem de aspectos desta Estrutura Conceitual. Se isso for feito, ele explicará a divergência na Base para Conclusões em tal pronunciamento.

Se houver divergência entre a Estrutura Conceitual e algum pronunciamento específico, vale o pronunciamento.

A Estrutura Conceitual pode ser revisada de tempos a tempos com base na experiência com a sua utilização. As revisões desta Estrutura Conceitual não levarão automaticamente a mudanças nos Pronunciamentos.



(Analista/TRE/AC/2015) O CPC 00 é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, define normas e procedimentos sobre aspectos relacionados à mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais.

Comentários:

O item está incorreto. O CPC 00 não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito. Além disso, não define normas e procedimentos sobre mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais. O CPC 00 apenas auxilia no desenvolvimento de políticas contábeis consistentes e a entender e interpretar os Pronunciamentos.

(Analista/TRE/AC/2015- Adaptada) É um Pronunciamento Técnico que estabelece critérios para elaboração e apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos e externos da informação contábil.



Comentários:

O item está todo incorreto. O CPC 00 não é um pronunciamento técnico propriamente dito, e visa a atender precipuamente usuários externos.

(Analista/TRE/AC/2015-adaptada) Quando for observado um conflito entre essa Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma interpretação ou uma orientação, as exigências da Estrutura Conceitual devem prevalecer.

Comentários:

O item está incorreto. Se houver divergência, prevalece o CPC específico em detrimento da Estrutura Conceitual.

8. DIVISÃO DO CPC 00 (R2)

Esta Estrutura Conceitual aborda:

(a) o objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais;

(b) as características qualitativas de informações financeira úteis;

(c) as demonstrações contábeis e a entidade que reporta as demonstrações;

(d) os elementos das demonstrações contábeis (definição, reconhecimento e mensuração de ativo, passivo, receitas e despesas); e

(e) os conceitos de capital e de manutenção de capital.

O CPC 00 divide-se em oito capítulos:

- Capítulo 1: Objetivo Do Relatório Financeiro Para Fins Gerais.
- Capítulo 2: Características Qualitativas De Informações Financeiras Úteis.
- Capítulo 3: Demonstrações Contábeis E A Entidade Que Reporta.
- Capítulo 4: Elementos Das Demonstrações Contábeis.
- Capítulo 5: Reconhecimento E Desreconhecimento.
- Capítulo 6: Mensuração.
- Capítulo 7: Apresentação E Divulgação.
- Capítulo 8: Conceitos De Capital E Manutenção De Capital.

Muito bem, vamos começar.



9. CAPÍTULO 1 - OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS

1,1. O objetivo do relatório financeiro para fins gerais forma a base desta Estrutura Conceitual. Outros aspectos da Estrutura Conceitual – as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo sobre tais informações, o conceito de entidade que reporta, elementos das demonstrações contábeis, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação– decorrem logicamente desse objetivo.

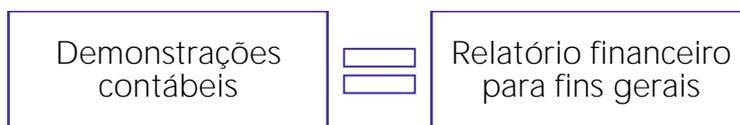
Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais.

1.2 O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

---(a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;

--- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou

--- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.



Seu objetivo é fornecer informações financeiras que sejam úteis aos seus usuários.

O Pronunciamento enfatiza que as informações **se destinam principalmente ao público externo, com foco nos investidores, credores por empréstimos e a outros credores**, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Ou seja, destinam-se principalmente aos financiadores da entidade, sejam os acionistas ou os credores.

A elaboração e divulgação de relatório financeiro para fins gerais constituem a base da Estrutura Conceitual. O restante do Pronunciamento (conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação) decorre desse objetivo.



As decisões dos investidores existentes e em potencial, relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais (ações) e instrumentos de dívida (por exemplo, debêntures) dependem do retorno esperado dos investimentos (dividendos, pagamento de principal e juros ou acréscimos nos preços de mercado).

É bem tranquilo de entender. Se eu vou comprar ação de uma empresa, eu quero saber qual o retorno histórico essa empresa vem dando, quanto terei de lucro para os próximos anos, quais as expectativas terei para essas ações. As mesmas considerações valem se eu irei emprestar dinheiro para a entidade.

Similarmente, decisões a serem tomadas por credores por empréstimos e por outros credores, existentes ou em potencial, relacionadas a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito, dependem dos pagamentos de principal e de juros ou de outros retornos que eles esperam

As expectativas de investidores, credores por empréstimos e outros credores em termos de retorno dependem da avaliação destes quanto ao **valor, a época e às incertezas (perspectivas) dos fluxos de caixa futuros de entrada para a entidade**. Também é importante uma avaliação sobre a gestão dos recursos econômicos da empresa.

Conseqüentemente, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores necessitam de informação para auxiliá-los na avaliação das perspectivas em termos de entrada de fluxos de caixa futuros para a entidade.

O **fluxo de caixa futuro** é quem dirá a capacidade de pagamento futuro da empresa, seja relativo a ações, seja relativo a um empréstimo feito por um investidor à entidade (debênture, por exemplo).

Em síntese, você só investirá o seu dinheiro em qualquer sociedade, se você considerar que haverá valorização, pagamento de dividendos, juros, uma segurança mínima sobre a gestão da sociedade, entre outros fatores. Essa segurança apenas é atingida se as demonstrações contábeis refletirem adequadamente o que ocorre na empresa.

1.4 - Para fazer as avaliações descritas acima, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações sobre:

(a) os recursos econômicos da entidade, reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos e reivindicações ; e

(b) a eficiência e eficácia da administração e do órgão de administração da entidade no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade.

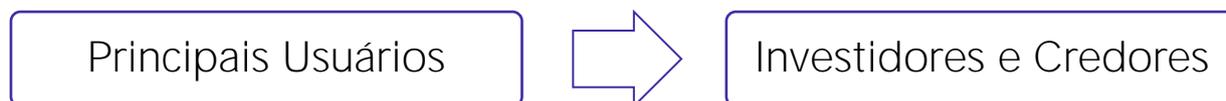
Para avaliar as perspectivas da empresa com relação ao fluxo de caixa futuro, os usuários externos precisam de informações sobre os recursos da empresa (Ativo), reivindicações contra a entidade (valores que ela deve - Passivo), e a eficiência e eficácia da administração.



As reivindicações contra a entidade incluem os passivos existentes e potenciais, como os passivos contingentes (ações judiciais contra a empresa, por exemplo).

Ora, muitos usuários externos não podem requerer que as empresas prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios financeiros para fins gerais, para grande parte das informações financeiras que necessitam. Conseqüentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Esquematizemos:



Entretanto, relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam os principais usuários, os quais precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas do setor e da empresa.

Portanto, **atente-se!** As demonstrações contábeis não possuem todas as informações de que um investidor necessita.



(Analista/ALE RO/2018-adaptada) O Pronunciamento Conceitual Básico (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro determina quais são os principais usuários, para quem os relatórios contábil financeiros de propósito geral são direcionados.

Entre os usuários primários estão

- a) o governo e as agências reguladoras.
- b) os investidores e os credores por empréstimo.
- c) os diretores e os administradores.
- d) os clientes e os fornecedores.
- e) os empregados e os consumidores.

Comentários:

Entre os usuários primários estão os investidores e os credores por empréstimos, como já citamos acima na aula. **Faltou apenas mencionar os "outros credores"**.

O gabarito é letra b.

(Contador/DPU/2016-adaptada) Os relatórios financeiros para fins gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.



Comentários:

O item está correto. Nem todas as informações de que os usuários necessitam estão contidas nas demonstrações contábeis.

Continuando nossa aula...

1.7 Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

As informações financeiras auxiliam os usuários a estimar, mas **não são elaborados para mostrar o valor da entidade**.

Explicuemos. As demonstrações podem evidenciar os ativos e passivos (recursos e reivindicações) da entidade, ou seja, o que ela possui e o que ela deve. Mas o **valor da entidade refere-se mais às expectativas quanto ao resultado futuro** (lucro e fluxo de caixa) do que quanto à situação atual.

Por exemplo: um investidor pode estar avaliando duas lanchonetes que possuem o mesmo valor de ativos e passivos. Mas uma delas pode estar ao lado de uma grande faculdade, e a outra não. Nesse caso, ainda que os ativos e passivos sejam semelhantes, o valor das lanchonetes (em função do resultado futuro) é diferente.

Assim, **cada investidor e/ou credor, usando as informações financeiras, deve avaliar, de acordo com suas expectativas, o valor da entidade**.

Os usuários externos têm diferentes desejos e necessidades de informações. As normas sobre a elaboração das demonstrações financeiras procuram proporcionar um conjunto de informações que atenda às necessidades do número máximo de usuários primários. Isto não impede que a empresa preste informações adicionais que sejam úteis a um subconjunto particular de principais usuários.

A administração está também interessada em informações financeiras sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente a informações financeiras de que precisa.

É por isso que existe um outro ramo importante da contabilidade, que é a chamada **contabilidade gerencial**. A contabilidade gerencial ajuda a administração na tomada de decisões.

Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios financeiros para fins gerais. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos.

Os relatórios financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em representações exatas. A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos.





Os funcionários de uma empresa são considerados usuários internos ou externos?

Depende. Se o funcionário fizer parte da administração da empresa e puder solicitar as informações que necessita, é usuário interno. Se o funcionário não pode solicitar determinadas informações, é considerado usuário externo. Exemplo: o Gerente de Recursos Humanos é usuário interno, pode solicitar informações sobre os salários de qualquer pessoa da empresa. Já o analista ou auxiliar contábil não tem acesso aos salários de outros funcionários. Assim, é considerado usuário externo.

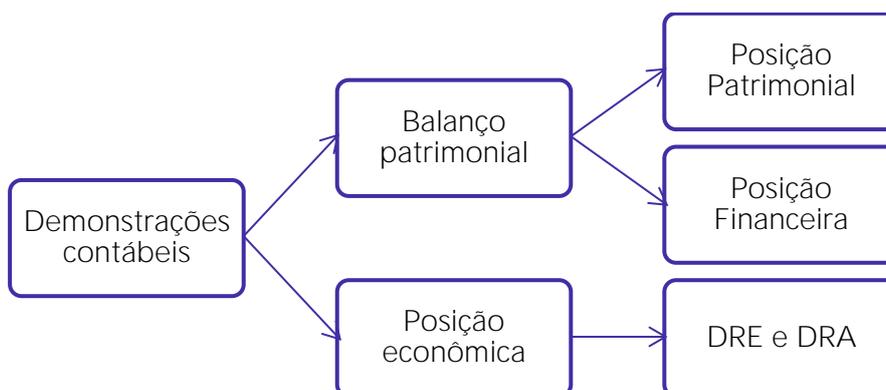
Continuando nossa aula...

Informação acerca dos recursos econômicos da entidade que reporta a informação, reivindicações contra a entidade e alterações nos recursos e reivindicações.

1.12 Relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem informações sobre a posição financeira da entidade que reporta, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra a entidade que reporta. Os relatórios financeiros fornecem ainda informações sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta. Ambos os tipos de informações fornecem dados úteis para decisões referentes à oferta de recursos à entidade.

O Pronunciamento destaca as duas principais informações obtidas dos relatórios financeiros: a **posição financeira** (obtida principalmente pelo Balanço Patrimonial) e o **efeito de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos** (demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente).

Esquematizemos:



As informações do Balanço Patrimonial, ou seja, os recursos econômicos (ativos) e reivindicações (passivo) podem auxiliar os usuários a identificar a fraqueza e o vigor financeiro da empresa, inclusive para avaliar sua liquidez e solvência e suas necessidades em termos de financiamento.

Já as informações sobre as mudanças nos recursos econômicos e reivindicações (Resultado do Exercício e Resultado Abrangente) ajudam a avaliar a performance da empresa, mostrando como a administração tem sido no desempenho de suas responsabilidades. São úteis também para a predição de retornos futuros da entidade sobre os seus recursos econômicos (função preditiva).

9.1 - Desempenho Financeiro Refletido Pela Contabilização Pelo Regime De Competência

Texto do Pronunciamento Conceitual Básico (R2):

1.17 O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

Este item reafirma a importância do regime de competência para a elaboração das demonstrações contábil-financeiras. A utilização do Regime de Competência fornece melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

Esquematemizemos:



No entanto, informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação durante um período também ajudam os usuários a avaliar a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa futuros líquidos, indicando como a empresa obtém e despende caixa, informações sobre seus empréstimos e resgate de títulos de dívida, dividendos e outras distribuições para seus investidores, e outros fatos que podem afetar a liquidez e a solvência da entidade.

Esquematemizemos:

Regime de competência	Ajuda a avaliar a performance da empresa
Fluxo de caixa	Ajuda a avaliar a capacidade de geração de caixa



Os recursos econômicos e reivindicações da entidade podem ainda mudar por outras razões que não sejam resultantes de sua performance financeira, como é o caso da emissão adicional de suas ações. Informações sobre esse tipo de mudança são necessárias para dar aos usuários uma completa compreensão do porquê das mudanças nos recursos econômicos e reivindicações da empresa e as implicações dessas mudanças em sua futura performance financeira.



(VUNESP/Contador/Guaratinguetá/2016-adaptada) De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, abordada pelo CPC 00 R2, os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos, são retratados, com propriedade,

- a) pelas características qualitativas fundamentais.
- b) pelo princípio da essência sobre a forma.
- c) pelas características do Hedge.
- d) pelos conceitos de instrumentos financeiros.
- e) pelo regime de competência.

Comentários:

Já vimos que o gabarito desta questão é a letra e.



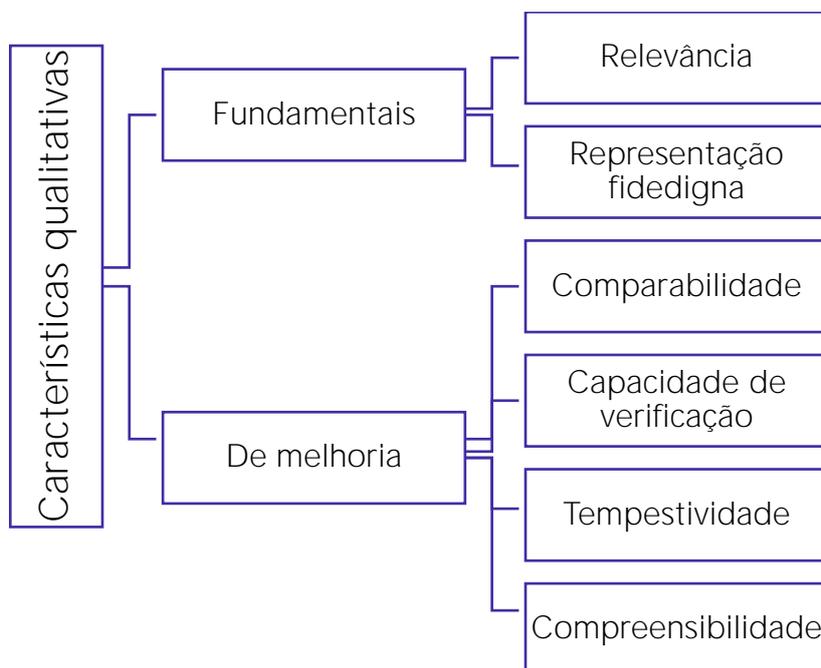
10. CAPÍTULO 2: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

2.4 Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem *comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis*.



As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade)

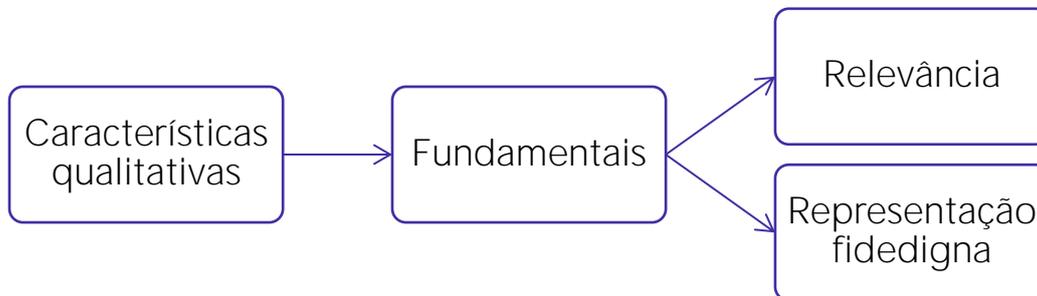
Esquematizemos:



10.1 - Características Qualitativas Fundamentais

2.5. As características qualitativas fundamentais são *relevância e representação fidedigna*.

Esquematemizemos:



Observemos como cai em prova:

(Exame de Suficiência/CFC/2017.1-adaptada) De acordo com a ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, as Características Qualitativas da informação Contábil-Financeira Útil se dividem em Qualitativas Fundamentais e Qualitativas de Melhoria.

Considerando-se o exposto, é CORRETO afirmar que:

- a) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Tempestividade e a Capacidade de Verificação representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.
- b) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Materialidade, a Relevância, a Representação Fidedigna, a Tempestividade e a Verificabilidade representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- c) a Materialidade, a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- d) a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é letra d.

(Contador/Paulínia/2016-adaptada) Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

- a) Regime de Competência e Continuidade.
- b) Relevância e Continuidade.
- c) Regime de Competência e Essência sobre a Forma.
- d) Relevância e Representação Fidedigna.
- e) Essência sobre a forma e Representação Fidedigna.



Comentários:

Com base no que vimos, o gabarito desta questão é a letra d.

- Relevância

Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

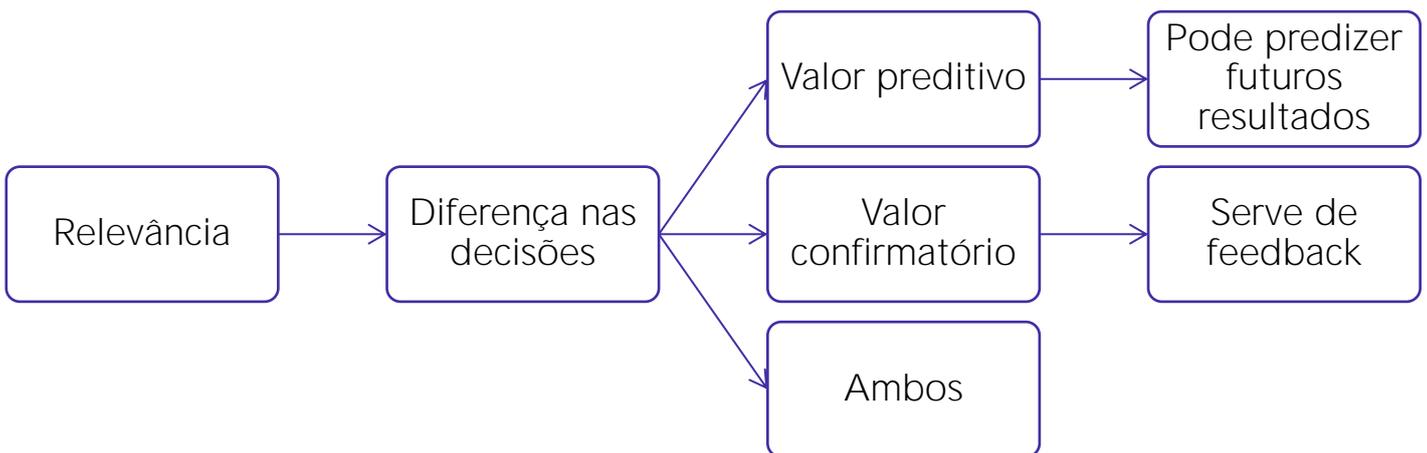
A informação financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

A informação financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A informação contábil-financeira tem valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores.

É importante que fique claro que uma informação pode continuar sendo relevante, mesmo que um ou mais usuários decidam não a levar em consideração ou se já souberem da informação por outra maneira.

Esquematemizemos:



2.10 Os valores preditivo e confirmatório das informações financeiras estão inter-relacionados. Informações que possuem valor preditivo frequentemente possuem também valor confirmatório. Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.



Vejamos agora um aspecto muito importante da Relevância, que é a **Materialidade**.

Materialidade

2.11 A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Ou seja, o que é material para uma empresa pode não ser para outra. Não é possível determinar um valor ou um percentual uniforme para todas as empresas.

Um item pode ter valor pequeno, mas ser material devido à sua natureza.

Por exemplo, se uma grande empresa inicia um novo negócio, este pode ter, originariamente, valor pequeno em relação às operações da empresa. Mas pode ter muito potencial de rentabilidade e crescimento, ou de inovação, o que justifica a sua materialidade. Continuando o exemplo, quando as empresas começaram a fabricar aparelhos de Blue-Ray, esse era um negócio pequeno, frente à operação de DVD (que já estava estabelecida). Após alguns anos, os aparelhos de DVD perderam um espaço relativo para os aparelhos blue-ray (que estão perdendo espaço para programas de streaming, como Netflix e afins).

Vejamos como foi cobrado em prova:

(Auditor Fiscal/ISS SP/2014-adaptada) As características qualitativas fundamentais das Demonstrações Contábeis estão descritas na ESTRUTURA CONCEITUAL. Essas características referem-se aos atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Com base nisso, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

A _____ refere-se à informação capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não levá-la em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

- a) Compreensibilidade
- b) Relevância
- c) Materialidade
- d) Representação Fidedigna
- e) Continuidade



Comentários:

A questão refere-se claramente à característica da relevância. O gabarito é letra b.

- Representação Fidedigna

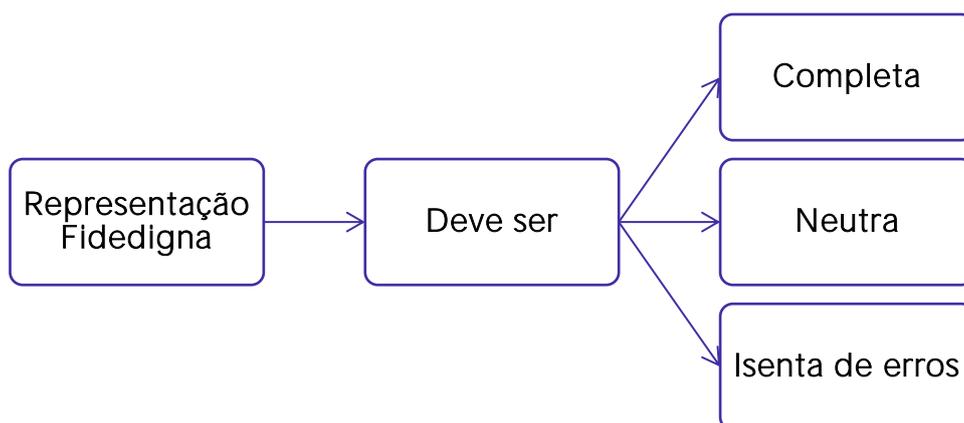
Representação fidedigna

2.12 Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.

*2.13 Para ser **representação perfeitamente fidedigna**, a representação tem três características. Ela é **completa, neutra e isenta de erros**. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.*

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro**.

Esquematemizemos:



Para ser **completa**, a informação deve incluir todas as informações necessárias para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, a representação não pode ser tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Em outras palavras, a informação não pode ser distorcida, para mais ou para menos.



Finalmente, ser livre de erros não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

Esquematemizemos:

Informação	O que é
Completa	Contém o necessário para compreender o fenômeno retratado
Neutra	Não possui viés na apresentação e seleção. Não é distorcida.
Livre de erros	Não significa exatidão, mas escolha dos métodos corretos

Aplicação das características qualitativas fundamentais

2.20 As informações devem tanto ser relevantes como fornecer representação fidedigna do que pretendem representar para serem úteis. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.

2.21 O processo mais eficiente e eficaz para aplicar as características qualitativas fundamentais é, normalmente, o seguinte (observados os efeitos de características de melhoria e a restrição de custo, os quais não são considerados neste exemplo). Em primeiro lugar, identificar o fenômeno econômico, informações sobre o que é capaz de ser útil para os usuários das informações financeiras da entidade que reporta. Em segundo lugar, identificar o tipo de informação sobre esse fenômeno que é mais relevante. Em terceiro lugar, determinar se essas informações estão disponíveis e se podem fornecer representação fidedigna do fenômeno econômico. Em caso afirmativo, o processo para satisfazer às características qualitativas fundamentais se encerra nesse ponto. Em caso negativo, o processo é repetido com o próximo tipo de informação mais relevante.

Vejam a questão seguinte, que caiu no Exame do CFC em 2017.

(FBC/Exame de Suficiência/CFC/2017.1-adaptada) Uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada possui um único proprietário, que exige do Profissional da Contabilidade responsável que ignore os ajustes relacionados às estimativas de perdas econômicas, para que não afetem o resultado.

Segundo o proprietário:

As estimativas de perdas previstas no conjunto normativo, assim como a redução ao Valor Realizável Líquido, Redução ao Valor Recuperável e com Créditos de Liquidação Duvidosa não são dívidas, ou seja, não serão pagas, e refletem apenas reduções nos benefícios dos ativos, o que interessa apenas a mim, especificamente.

Considero ainda inadequado o seu reconhecimento no resultado, pois será reduzido o lucro ou o prejuízo aumentado, pois o Fisco não admite a sua dedutibilidade.



Afinal, sou o proprietário e o Gestor, portanto, como usuário principal, minhas necessidades é que devem ser atendidas.

Considerando-se a ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, é CORRETO afirmar que o Profissional da Contabilidade:

- a) deve aceitar as exigências do proprietário, afinal não há risco fiscal no atendimento à necessidade manifestada pelo proprietário, que é o usuário principal; dessa forma, estaria agindo de acordo com a Característica Qualitativa da Compreensibilidade.
- b) deve acatar as exigências do proprietário, pois os casos mencionados são estimativas, logo, o seu atendimento, não marcado por uma transação efetiva, representa a perda da Característica Qualitativa da Objetividade.
- c) não pode atender às exigências do proprietário; se o fizer, a informação contábil perderá a Característica de Representação Fidedigna, marcada pela neutralidade.
- d) não pode atender às exigências do proprietário, se o fizer, a informação contábil perderá a Característica Qualitativa da Prudência, inerente à profissão contábil.

Comentários:

Vejam! O proprietário desta empresa quer que o contador ignore componentes que são de reconhecimento obrigatório pela legislação, tornando as demonstrações contábeis enviesadas.

Ao fazer isso, estamos ferindo uma característica qualitativa de melhoria, que é a representação fidedigna.

Lembre-se de que a informação deve ser completa, NEUTRA e livre de erro.

O gabarito é letra c.

Afinal, o que fazemos com a “Prudência”?

A primeira versão do CPC 00 – “Estrutura Conceitual Para A Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis”, publicado em 14/03/2008, estabelecia o seguinte:

Prudência

37. Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis. Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.



Vamos resumir:

--- ocorrem incertezas envolvendo certos eventos e circunstâncias para a preparação das demonstrações contábeis;

--- essas incertezas são reconhecidas (contabilizadas) usando o princípio da prudência.

--- Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução às estimativas em condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

--- Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

Prezados, o pronunciamento tenta combater o excesso de prudência, que pode criar reservas ocultas ou provisões excessivas.

Na primeira revisão do CPC 00, em dezembro de 2011, consta o seguinte:

CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (primeira revisão).

A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Vale lembrar o texto da Resolução CFC 750/93 (já revogada):

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Na verdade, o que é incompatível com a neutralidade é o excesso de prudência. Se a empresa sistematicamente escolhe a alternativa que gera o menor ativo e o maior passivo, estará **distorcendo as demonstrações e criar as "reservas ocultas"**.

No entanto, era o que as empresas praticavam, com base na Resolução 750/93 do CFC. (devemos mencionar que, antes da resolução 750 de 1993, já existia o princípio da prudência -- chamado então de "conservadorismo").



A redação da primeira versão do CPC 00 (R1) leva a entender que a prudência acabou, e não se aplica mais às demonstrações contábeis. Na verdade, **o que deve ser evitado é o “excesso de prudência”**.

Na última revisão do CPC 00 – segunda revisão (R2), vigente agora em 2020, temos o seguinte sobre a prudência:

2.16 A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

Voltamos sempre ao mesmo ponto: um certo grau de prudência é necessário às demonstrações contábeis e apoia a neutralidade. A prudência, no ponto certo, significa que os ativos, passivos, receitas e despesas não estão nem subavaliados e nem superavaliados.

O que deve ser evitado é o **excesso de prudência**, que cria “reservas ocultas” e distorce as demonstrações, prejudicando a neutralidade e a representação fidedigna.



Prudência: use com moderação! Evite excessos!



10.2 - Características Qualitativas De Melhoria

2.23. Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.



(Auditor/ISS SJC/2018-adaptada) A comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são consideradas, segundo a estrutura conceitual da contabilidade, como

- a) características quantitativas fundamentais na preparação da informação contábil.
- b) princípios fundamentais de contabilidade.
- c) convenções contábeis sobre a utilização da informação útil.
- d) características qualitativas de melhoria da utilidade da informação.
- e) princípios contábeis geralmente aceitos, aplicáveis na preparação da demonstração financeira, para fins de análise.

Comentários:

Como analisamos acima, **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade** são características qualitativas de melhoria das demonstrações contábeis.

O gabarito é letra d.

(Exame CFC/2018.2-adaptada) A Estrutura Conceitual citada apresenta as características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. De acordo com o exposto, **NÃO** representa uma característica qualitativa de melhoria:

- a) Materialidade.
- b) Capacidade de verificação.
- c) Tempestividade.
- d) Comparabilidade.

Comentários:

De posse do que foi dito acima, a materialidade não é uma característica qualitativa de melhoria.

A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude.

Segundo o CPC 00:



Materialidade

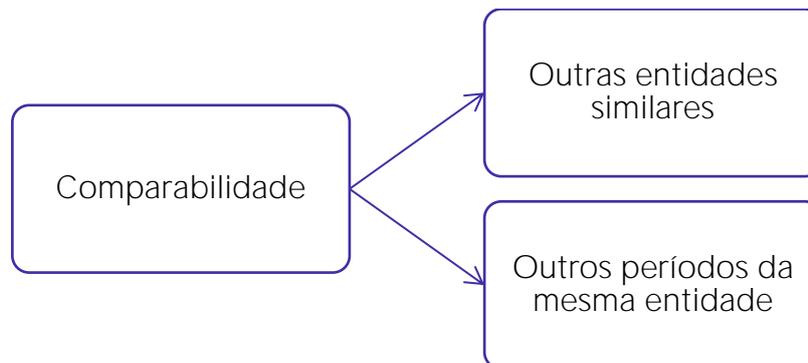
2.11 A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

O gabarito é letra a.

- Comparabilidade

2.24 As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Esquematizemos:



2.25 Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está se refere a um único item. **A comparação requer no mínimo dois itens.** Um usuário pode, por exemplo, comparar as receitas geradas no ano anterior com as receitas do ano atual.

Galera, cabe lembrar aqui que, segundo a Lei 6.404:

Art. 176, § 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

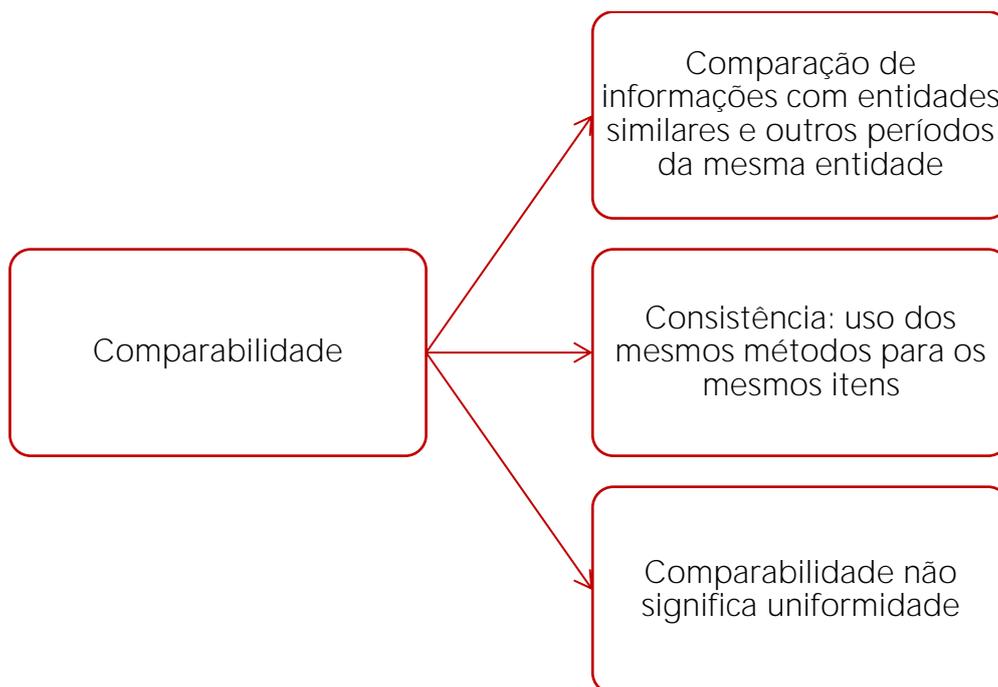


Continuando...

2.26 *Consistência*, embora relacionada à comparabilidade, não é a mesma coisa. *Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.*

2.27 *Comparabilidade não é uniformidade*. Para que informações sejam comparáveis, *coisas similares devem parecer similares e coisas diferentes devem parecer diferentes*. A comparabilidade de informações financeiras não é aumentada fazendo-se que coisas diferentes pareçam similares, tanto quanto se fazendo que coisas similares pareçam diferentes.

Esquematemizemos:



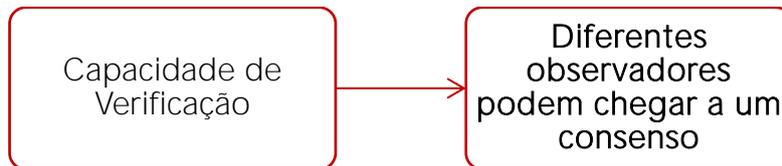
– Capacidade de Verificação

2.30 *A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.*



2.31 A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar o valor ou outra representação por meio de observação direta, por exemplo, contando-se dinheiro. Verificação indireta significa verificar os dados de entrada de modelo, fórmula ou outra técnica e recalculando os dados de saída utilizando a mesma metodologia. Um exemplo é verificar o valor contábil do estoque, checando as informações (quantidades e custos) e recalculando o estoque final, utilizando a mesma premissa de fluxo de custo (por exemplo, utilizando o método primeiro a entrar, primeiro a sair).

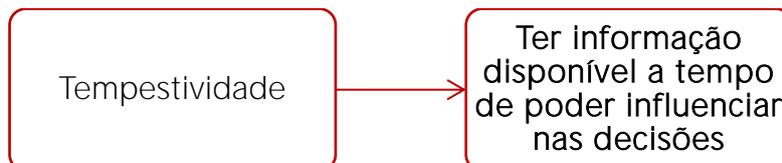
Esquematemizemos:



- Tempestividade

2.33 Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Esquematemizemos:



- Compreensibilidade

2.34 Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

2.35 Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

2.36 Relatórios financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas e que revisam e analisam as informações de modo diligente. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados



e diligentes podem precisar buscar o auxílio de consultor para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos.

A seguir, um quesito:

(COMPERVE/Contador/Currais Novos/2017-adaptada) As características qualitativas são atributos que tornam as informações contábeis úteis para os seus usuários, viabilizando o cumprimento dos objetivos da informação contábil. As demonstrações contábeis devem apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento. Essa característica das demonstrações contábeis é denominada

- a) Capacidade de verificação.
- b) relevância.
- c) tempestividade.
- d) compreensibilidade.

Comentários:

A informação deve ser compreensível. Logo, apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento está ligado a esta característica qualitativa de melhoria. O gabarito é letra d.

Resumindo as informações:

Características qualitativas de melhoria	
Comparabilidade	Comparação de informações com entidades similares e outros períodos da mesma entidade
	Consistência: uso dos mesmos métodos para os mesmos itens
	Comparabilidade não significa uniformidade
Capacidade de Verificação	Diferentes observadores podem chegar a um consenso.
Tempestividade	Ter informação disponível a tempo de poder influenciar nas decisões
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

As Características qualitativas de melhoria são **comparabilidade**, **capacidade de verificação**, **tempestividade** e **compreensibilidade**.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A capacidade de verificação ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar

Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de

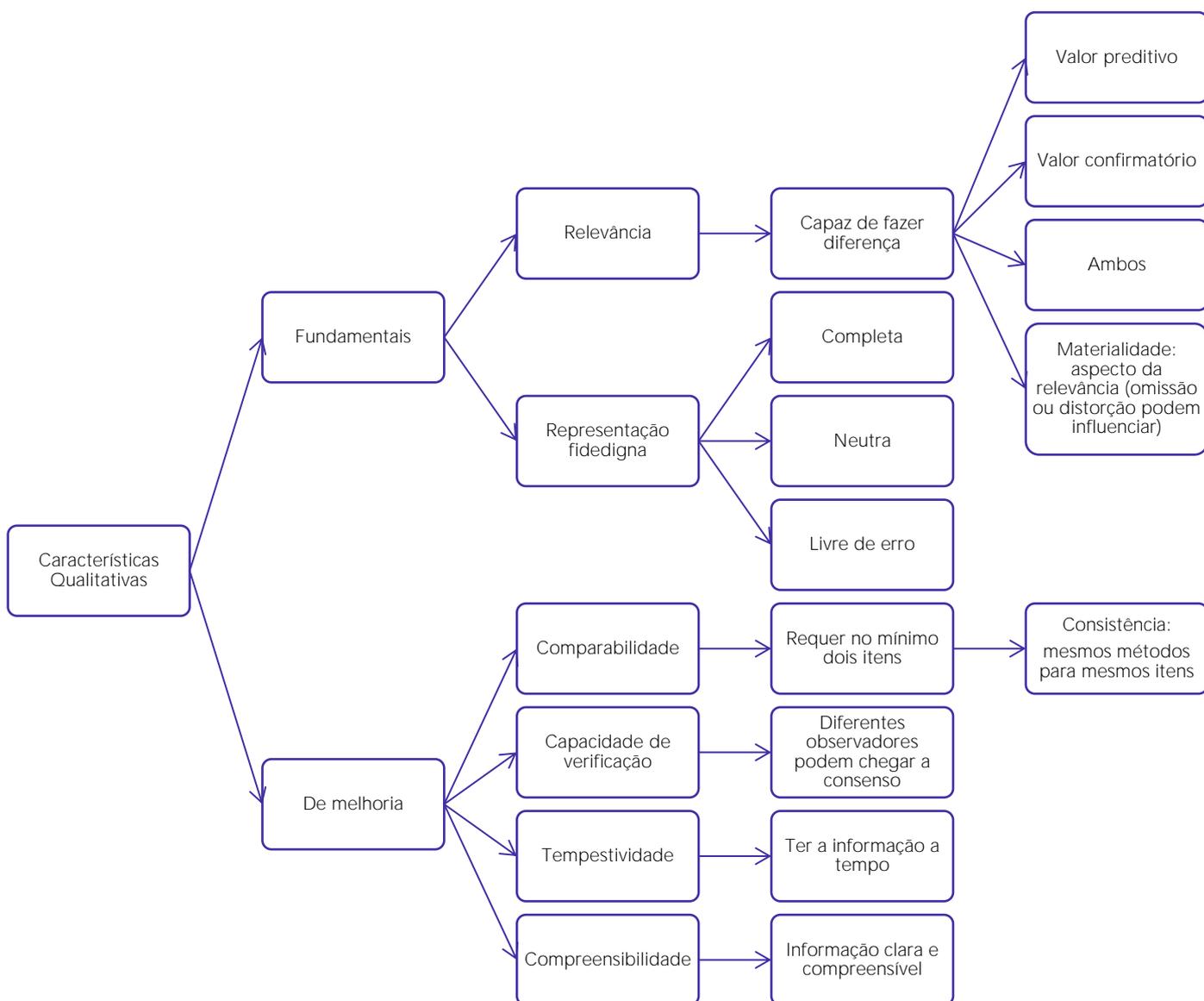


informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

As características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas tanto quanto possível. Entretanto, as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, não podem tornar informações úteis se essas informações forem irrelevante ou não fornecerem representação fidedigna no que pretendem representar.

A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita. Algumas vezes, a característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra característica qualitativa de melhoria. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de novo pronunciamento pode ser vantajosa para aumentar a relevância ou a representação fidedigna em longo prazo. Divulgações apropriadas podem compensar parcialmente a não comparabilidade.

Mapa resumo das características qualitativas de acordo com o CPC 00:



10.3 - Restrição de Custo na Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Útil

2.39 O custo é uma restrição generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro. O relatório de informações financeiras impõe custos, e é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações. Há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.

O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário. Se divulgar uma informação é mais caro do que a informação propriamente dita, pode ser que seja necessário avaliar se essa decisão é mesmo necessária para a divulgação das demonstrações contábeis. Assim, é necessária a consideração da relação custo-benefício da informação, por parte dos órgãos normatizadores e também por parte de quem elabora as demonstrações contábeis.



(Analista de Finanças e Controle/STN/2013-adaptada) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

Gabarito:

Permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.

Portanto, as informações, fazendo-se uma ponderação do custo-benefício, não deixaram de ser fidedignas, haja vista que a ponderação entre a informação e o custo para se gerar essa informação deve ser levado em conta.

(Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2016-adaptada) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, não é possível que relatórios financeiros para fins gerais forneçam toda e qualquer informação que todo usuário repute ser relevante.

Assinale a opção que indica a restrição presente no processo de elaboração e divulgação de relatório financeiro de uma entidade de acordo com a estrutura conceitual.

- O custo de gerar a informação.
- A subjetividade da contabilidade.
- A complexidade das transações contábeis.
- O número de páginas das demonstrações contábeis.
- A intenção da administração em não apresentar informações estratégicas.



Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é letra a.

11. CAPÍTULO 3: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A ENTIDADE QUE REPORTA

3.1 Os Capítulos 1 e 2 discutem as informações fornecidas em relatórios financeiros para fins gerais e os Capítulos 3 a 8 discutem as informações fornecidas nas demonstrações contábeis para fins gerais, que são uma forma específica de relatórios financeiros para fins gerais. As demonstrações contábeis fornecem informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta; reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos; e reivindicações que atendem às definições dos elementos das demonstrações contábeis.

Objetivo e alcance das demonstrações contábeis.

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Essas informações são fornecidas:

- (a) no balanço patrimonial, ao reconhecer ativos, passivos e patrimônio líquido;*
- (b) na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, ao reconhecer receitas e despesas; e*
- (c) em outras demonstrações e notas explicativas, ao apresentar e divulgar informações sobre:
 - (i) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes desses ativos e passivos reconhecidos;*
 - (ii) ativos e passivos que não foram reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes deles;*
 - (iii) fluxos de caixa;*
 - (iv) contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio e distribuições a eles; e**



(v) os métodos, premissas e julgamentos utilizados na estimativa dos valores apresentados ou divulgados, e mudanças nesses métodos, premissas e julgamentos.

As demonstrações contábeis são elaboradas para um período de tempo específico (geralmente de um ano).

Para ajudar os usuários das demonstrações contábeis a identificarem e avaliarem mudanças e tendências, as demonstrações também fornecem informações comparativas do período anterior.

3.6 As informações sobre possíveis transações futuras e outros possíveis eventos futuros (informações prospectivas) são incluídas nas demonstrações contábeis se:

(a) referirem-se a ativos ou passivos da entidade – incluindo ativos ou passivos não reconhecidos – ou patrimônio líquido que existiam no final do período de relatório, ou durante o período de relatório, ou a receitas ou a despesas do período de relatório; e

(b) forem úteis aos usuários das demonstrações contábeis.



Estamos acostumados a pensar que a contabilidade só registra fatos ocorridos: uma compra ou uma venda já realizada. Mas é possível incluir nas demonstrações informações sobre eventos futuros?

Resposta: sim, se os eventos futuros referirem-se a ativos ou passivos da entidade e se tais informações forem úteis aos usuários.

Por exemplo, se o ativo ou passivo é mensurado estimando os fluxos de caixa futuros, as informações sobre esses fluxos de caixa futuros estimados podem ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem as mensurações apresentadas. É o caso, por exemplo, de Ativo Imobilizado ou Intangível avaliado pelo Valor em Uso, em função do teste de recuperabilidade.

Vamos lembrar: o teste de recuperabilidade compara o valor contábil com o valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o "valor em uso" (o dinheiro que a empresa vai ganhar usando o ativo) com o "valor recuperável líquido" (o valor que ganharia com a venda do ativo).

O valor em uso é composto por um fluxo de caixa futuro, estimado.

As demonstrações contábeis normalmente não fornecem outros tipos de informações prospectivas, por exemplo, material explicativo sobre as expectativas e estratégias da administração para o período de relatório.



3.7 As demonstrações contábeis incluem informações sobre transações e outros eventos que ocorreram após o final do período de relatório se o fornecimento dessas informações for necessário para alcançar o objetivo das demonstrações contábeis..

Este assunto é tratado no CPC 24 – Eventos subsequentes.

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista da entidade que reporta como um todo e, não, do ponto de vista de qualquer grupo específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores da entidade .

Premissa de continuidade operacional

3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.

O “**princípio**”¹ da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, **todo o ativo fica registrado inicialmente por valores de entrada**. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse **critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa**.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

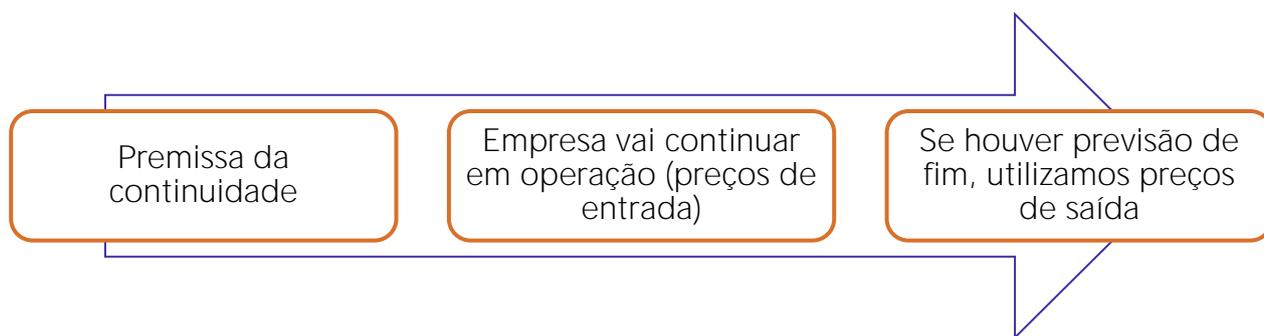
Assim, na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

No caso do Passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passam a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

¹ **Atenção!** A expressão está sendo utilizada entre aspas, pois é de conhecimento amplo que a Resolução CFC 750/93, que tratava dos princípios de contabilidade, foi revogada. Todavia, o CPC 00 mantém a estrutura desses princípios.



Esquematemizemos:



(Analista/ALE RO/2018-adaptada) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório financeiro, essa premissa é chamada de

- a) continuidade.
- b) entidade.
- c) essência sobre a forma.
- d) comparabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários:

Essa premissa é a continuidade. O gabarito é letra a.

(Contador/MPE RN/2017-adaptada) O Pronunciamento Conceitual Básico (R2), que define a Estrutura Conceitual para Relatório -Financeiro, tem apenas uma premissa subjacente, a partir da qual são emanadas todas as normas contábeis aplicadas no Brasil.

Essa premissa é a da

- a) continuidade.
- b) competência.
- c) oportunidade.
- d) materialidade.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é letra a.



11.1 - Entidade Que Reporta

A “entidade que reporta” é a entidade que elabora as demonstrações contábeis. Pode ser uma única entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta não é necessariamente uma entidade legal.

Às vezes, a entidade (controladora) tem o controle sobre outra entidade (controlada).

Nesse caso, se a entidade que reporta compreende tanto a controladora como suas controladas, as demonstrações contábeis são denominadas **“demonstrações contábeis consolidadas”**.

Se a entidade que reporta é apenas a controladora, as demonstrações contábeis são denominadas **“demonstrações contábeis não consolidadas”**.

Se a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades que não são todas vinculadas pelo relacionamento controladora-controlada, as demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas **“demonstrações contábeis combinadas”**.

11.2- Demonstrações Contábeis Consolidadas E Não Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas tanto da controladora como de suas controladas como uma única entidade que reporta.

Essas informações são úteis para a avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a controladora. Isso porque os fluxos de entrada de caixa da controladora incluem recebimentos de suas controladas, os quais dependem de fluxos de entrada de caixa líquidos para as controladas.

Demonstrações contábeis consolidadas não se destinam a fornecer informações separadas de qualquer controlada específica. As demonstrações contábeis próprias da controlada destinam-se a fornecer essas informações.

As demonstrações contábeis não consolidadas destinam-se a fornecer informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da controladora e, não, sobre aquelas de suas controladas.

Essas informações podem ser úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, da controladora, porque:

- (a) a reivindicação contra a controladora normalmente não dá ao titular dessa reivindicação uma reivindicação contra as controladas; e
- (b) em algumas jurisdições, os valores que podem ser legalmente distribuídos aos detentores de direitos sobre o patrimônio contra a controladora dependem das reservas distribuíveis da controladora.



Outra forma de fornecer informações sobre parte ou a totalidade dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas apenas da controladora é nas demonstrações contábeis consolidadas, nas notas explicativas.

As informações fornecidas nas demonstrações contábeis não consolidadas normalmente não são suficientes para atender às necessidades de informações de investidores e credores da controladora.

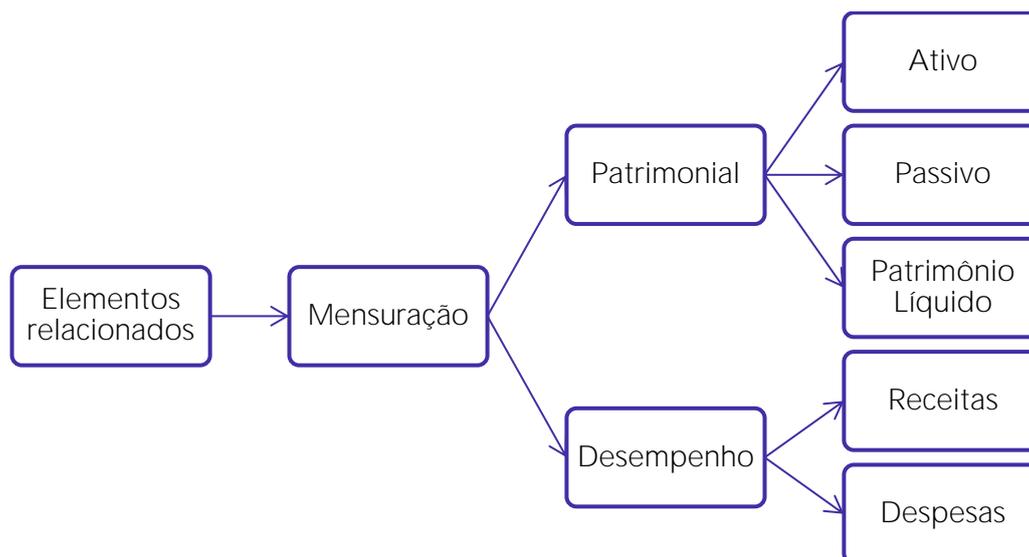
Conseqüentemente, as demonstrações contábeis consolidadas não podem ser substituídas pelas informações contábeis não consolidadas. Não obstante, a controladora pode ser obrigada a, ou escolher, elaborar demonstrações contábeis não consolidadas adicionalmente às demonstrações contábeis consolidadas.

12. CAPÍTULO 4: ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.

Esquematizemos:

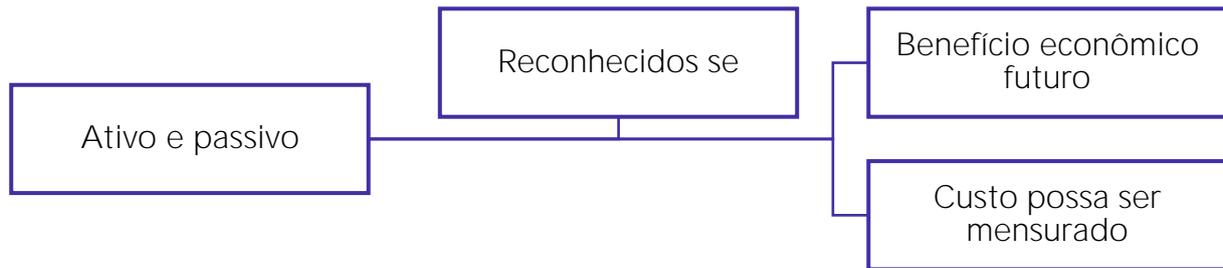


Segundo o item 4.38 do Pronunciamento, um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.



Esquematizemos:



12.1 - Definições

As definições que se apresentam a seguir são, indubitavelmente, as mais importantes (desta aula) para a prova. Portanto, tratem de entendê-las e decorá-las.

Importantíssimo:

4.3 - Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

4.4 - Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

- Começemos pelo **Ativo**.

Exemplificando. A empresa X comprou a mercadoria Y. Esta mercadoria atende a definição de ativo?!

Vamos ver:

- 1) É um recurso econômico controlado pela entidade? Sim, pois ela faz o que bem entender desta mercadoria, cujo título jurídico, a propriedade, lhe pertence.
- 2) É resultado de evento passado? Sim. O evento passado é a própria compra desta mercadoria.
- 3) Tem o potencial de produzir benefício econômico futuro? Sim. Com a venda de mercadoria, se espera que seja gerado lucro para a empresa.

Pronto! Fácil não?





(Contador/Ipojuca/2009-adaptada) O ativo é um recurso econômico controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem ou não futuros benefícios econômicos para a entidade.

Comentários:

O item está incorreto, posto que existe um “não” indevidamente antes de futuros benefícios econômicos.

(Auditor Fiscal/Uberaba/2016) Segundo o Pronunciamento Contábil CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiro, assinale a definição CORRETA de Ativo.

- a) Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- b) Todos os bens e direitos em nome de uma entidade.
- c) Interesse residual dos Passivos após deduzidos todo o Patrimônio Líquido.
- d) Interesse residual no Patrimônio Líquido após deduzido todos os Passivos.

Comentários:

O gabarito é a letra a. O ativo é recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação;
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e
- (c) é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados.

Por exemplo, se temos um montante de R\$ 1.000 de salários a pagar. Vamos ver se essa conta atende a definição de passivo?

É uma obrigação presente da entidade? Sim, pois dela pode ser exigida.

É derivada de eventos passados? Sim, pois os funcionários já prestaram serviços.

A liquidação desta dívida será feita pela transferência de recursos econômicos? Sim, como a conta caixa, por exemplo.



A seguir, uma questão:

(CESPE/Contador/DPU/2016-adaptada) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na transferência de recursos econômicos.

Comentários:

Item incorreto, posto que o passivo é uma **obrigação presente**, e não futura.

Já o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

4.2 Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Da equação básica da contabilidade temos que:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível}$$

- Ativos

Falemos os principais tópicos a serem levados para a prova sobre cada um dos grupos patrimoniais.

4.16 Um recurso econômico pode produzir benefícios econômicos para a entidade ao autorizá-la ou ao permiti-la fazer, por exemplo, um ou mais dos seguintes atos:

(a) receber fluxos de caixa contratuais ou outro recurso econômico;

(b) trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis;

(c) produzir fluxos de entrada de caixa ou evitar fluxos de saída de caixa, por exemplo:

(i) utilizando o recurso econômico individualmente ou em combinação com outros recursos econômicos para produzir produtos ou prestar serviços;

(ii) utilizando o recurso econômico para melhorar o valor de outros recursos econômicos; ou

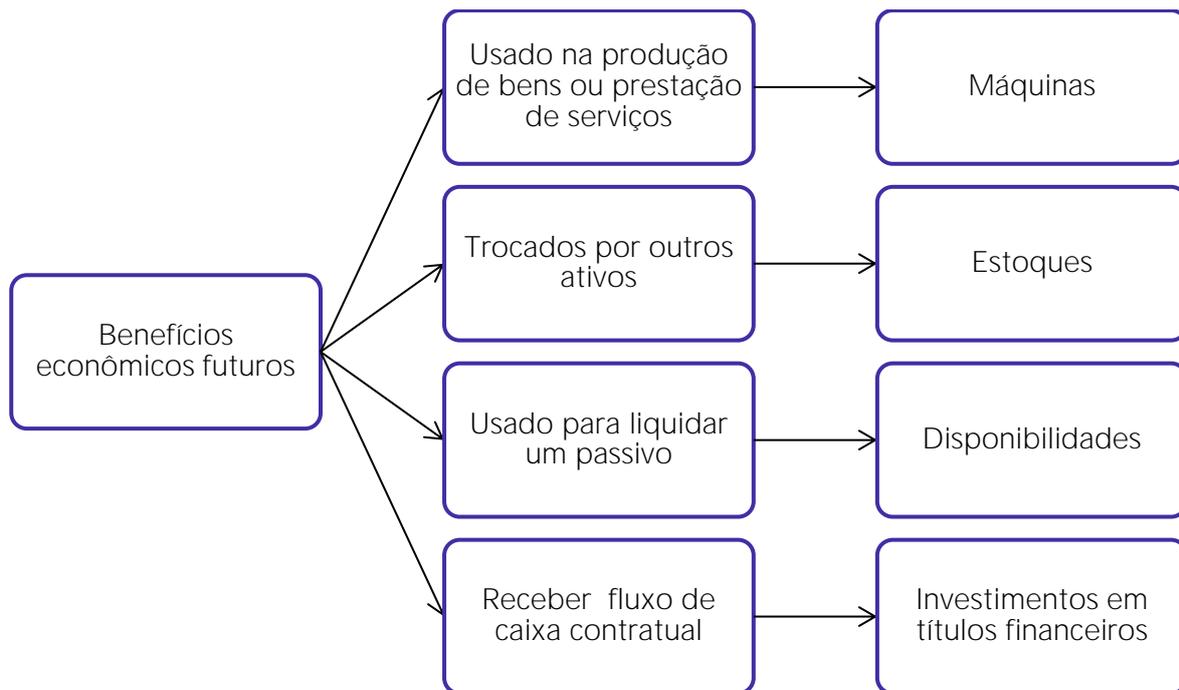
(iii) arrendando o recurso econômico a outra parte;

(d) receber caixa ou outros recursos econômicos por meio da venda do recurso econômico; ou

(e) extinguir passivos por meio da transferência do recurso econômico.



Benefícios econômicos futuros de um ativo!



Os ativos de uma entidade resultam de transações passadas ou outros eventos passados. As entidades normalmente obtêm ativos comprando-os ou produzindo-os, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos; por exemplo: um imóvel recebido do governo como parte de um programa para fomentar o crescimento econômico da região onde se localiza a entidade ou a descoberta de jazidas minerais. Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não podem resultar, por si mesmos, no reconhecimento de ativos; por isso, por exemplo, **a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de um ativo.**

Há uma forte associação entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas ambas as atividades não necessariamente coincidem entre si. Assim, o fato de uma entidade ter incorrido num gasto pode fornecer evidência da sua busca por futuros benefícios econômicos, mas não é prova conclusiva de que a definição de ativo tenha sido obtida. Da mesma forma, a ausência de um gasto não impede que um item satisfaça a definição de ativo e se qualifique para reconhecimento no balanço patrimonial; por exemplo, **itens que foram doados à entidade podem satisfazer a definição de ativo.**

Resumindo:

- Substância física não é essencial para um ativo.
- Direito de propriedade não é essencial para um ativo.
- Os ativos não necessariamente são comprados ou produzidos. Exemplo: terreno recebido em subvenção.
- Não há correlação necessária entre gerar gastos e gerar um ativo.



- Passivos

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- a entidade tem uma obrigação;
- a obrigação é de transferir um recurso econômico; e
- a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados

Assim, para que exista um passivo tem que existir uma **obrigação presente**.

Essa obrigação pode ser legalmente exigível, quando decorre de contrato ou lei, ou pode ser decorrente de um compromisso que a entidade firma com seus clientes, decorrente de práticas usuais.

- Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

O Patrimônio Líquido representa o capital próprio empregado nas atividades empresariais pelos sócios e os resultados auferidos com a exploração dos negócios pela empresa (lucro ou prejuízo).

Pois bem, tal como o ativo e o passivo exigível, o patrimônio líquido também é subdividido. Atualmente, o PL compõe-se dos seguintes grupos:

- 1) Capital social;
- 2) Reservas de capital;
- 3) Ajustes de avaliação patrimonial;
- 4) Reservas de lucros;
- 5) Ações em tesouraria; e
- 6) Prejuízos acumulados (Veja que a lei não fala em lucros acumulados).



Grave-se a estrutura do PL:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ANTES LEI 11.638/07	APÓS LEI 11.638/07 E LEI 11.941/09
Capital Social	Capital Social
(-) Capital a Realizar	(-) Capital a Realizar
Reserva de Lucro	Reserva de Lucro
Reserva de Capital	Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial
(+) Lucro ou (-) Prejuízo Acumulado	(-) Prejuízo Acumulado
(-) Ações em Tesouraria	(-) Ações em Tesouraria

Pessoal, é muito importante que vocês saibam que o patrimônio líquido não necessariamente corresponde ao valor de mercado (valor justo) da entidade, já que existe o que nós chamamos no direito empresarial de aviamento, ou seja, o todo, o conjunto, as perspectivas da empresa valem mais do que a simples soma dos seus componentes patrimoniais.

- Desempenho

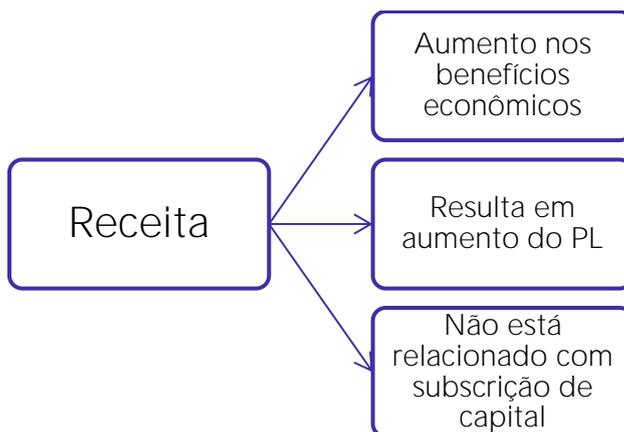
Importantíssimo:

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Decorre dessas definições de receitas e despesas que recebimentos contribuições dos sócios não são receitas, e distribuições (pagamentos) aos sócios não são despesas.

Conceito de receita – CPC 00:



Essas definições são essenciais. As bancas adoram cobrar esse tipo de conceito!

As receitas e despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de diferentes maneiras, de modo que prestem informações relevantes para a tomada de decisões. Por exemplo, é prática comum distinguir entre receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade e as demais.

Essa distinção é feita porque a fonte de uma receita é relevante na avaliação da capacidade que a entidade tenha de gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro; por exemplo, receitas oriundas de atividades eventuais como a venda de um investimento de longo prazo normalmente não se repetem numa base regular. Nessa distinção, deve-se levar em conta a natureza da entidade e suas operações. Itens que resultam das atividades ordinárias de uma entidade podem ser incomuns em outras entidades.

Agora, uma questão:

(UFRN/Contador/Currais Novos/2017-adaptada) Para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) apresenta os principais elementos dessas demonstrações. Nos benefícios econômicos, durante o período contábil, os aumentos e os decréscimos são denominados, respectivamente, de

- a) ativos e passivos.
- b) superávit e déficit.
- c) receitas e despesas.
- d) lucro e prejuízo.

Comentários:

Os aumentos e decréscimos nos benefícios econômicos são as receitas e despesas. Basta ver as definições citadas acima. O gabarito é letra c.

Conceito de despesa – CPC 00:



13. CAPÍTULO 5: RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

13.1 - Processo de reconhecimento

Reconhecimento é o processo de inclusão nas demonstrações contábeis de item que atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis – ativo, passivo, patrimônio líquido, receita ou despesa. O valor pelo qual ativo, passivo ou patrimônio líquido é reconhecido no balanço patrimonial é referido como o seu “Valor Contábil”.

Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

Caso um item que atenda à definição de ativo ou passivo não seja reconhecido, a entidade pode precisar fornecer informações sobre esse item nas notas explicativas. É importante considerar como tornar essas informações suficientemente visíveis para compensar a ausência do item do sumário estruturado fornecido pelo balanço patrimonial e, se aplicável, pela demonstração do resultado e pela demonstração do resultado abrangente.

5.8 Assim como o custo restringe outras decisões de relatório financeiro, também restringe decisões de reconhecimento. Há um custo para reconhecer um ativo ou passivo. Os responsáveis (preparadores) pela elaboração das demonstrações contábeis incorrem em custos na obtenção da mensuração relevante de ativo ou passivo. Os usuários das demonstrações contábeis também incorrem em custos de análise e interpretação das informações fornecidas. O ativo ou passivo deve ser reconhecido se é provável que os benefícios das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis pelo reconhecimento justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações. Em alguns casos, os custos do reconhecimento podem superar seus benefícios.

[...]

Relevância

5.12 As informações sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas são relevantes para os usuários das demonstrações contábeis. Contudo, o reconhecimento de ativo ou passivo específico e quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes nem sempre podem fornecer informações relevantes. Esse pode ser o caso se, por exemplo:

(a) é incerto se existe ativo ou passivo (ver item 5.14); ou



(b) existe ativo ou passivo, mas a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos é baixa (ver itens de 5.15 a 5.17).

[...]

Representação fidedigna

5.18 O reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes. A possibilidade de representação fidedigna ser fornecida pode ser afetada pelo nível de incerteza na mensuração associado ao ativo ou passivo ou por outros fatores.

[...]

Desreconhecimento

Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

(a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido; e

(b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.



14. CAPÍTULO 6: MENSURAÇÃO

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários. Isso exige a seleção de uma base de mensuração. A base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas.

Bases de mensuração

Custo histórico

6.4 A mensuração ao custo histórico fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações derivadas, pelo menos em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem a eles. Diferentemente do valor atual, o custo histórico não reflete as mudanças nos valores, exceto na medida em que essas mudanças se referirem à redução ao valor recuperável de ativo ou passivo que se torna onerosa.

6.5 O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na preparação de suas demonstrações contábeis é o custo histórico.

Ele é normalmente combinado com outras bases de avaliação. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e ações negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo valor presente de tais benefícios no futuro. Além disso, em algumas circunstâncias entidades usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade do modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não-monetários.

Vamos exemplificar, utilizando os conceitos que a norma trouxe.

Suponha que a mercadoria x tenha sido adquirida, a prazo, por R\$ 100,00, na data de 28 de agosto, mas à data do balanço patrimonial, em 31 de dezembro, valesse R\$ 90,00, pudesse ser vendida para terceiros hoje, em 28 de agosto, por R\$ 95,00. Caso a mercadoria não fosse comprada a prazo, pagaríamos por ela o montante de R\$ 80,00, ou seja, há R\$ 20,00 de juros embutido na operação.

Ache os valores de custo histórico, corrente, valor realizável líquido e valor presente.

O custo histórico é o valor pelo qual a mercadoria foi adquirida, ou seja, R\$ 100,00.



O custo corrente é o valor que pagaríamos por essa mercadoria à data do balanço, isto é, R\$ 90,00.

O valor realizável líquido é o valor pelo qual este produto pode ser vendido a terceiros, que, no caso, é R\$ 95,00.

O valor presente é o valor que eu pagaria por esta mercadoria hoje livre de juros, isto é R\$ 80,00.

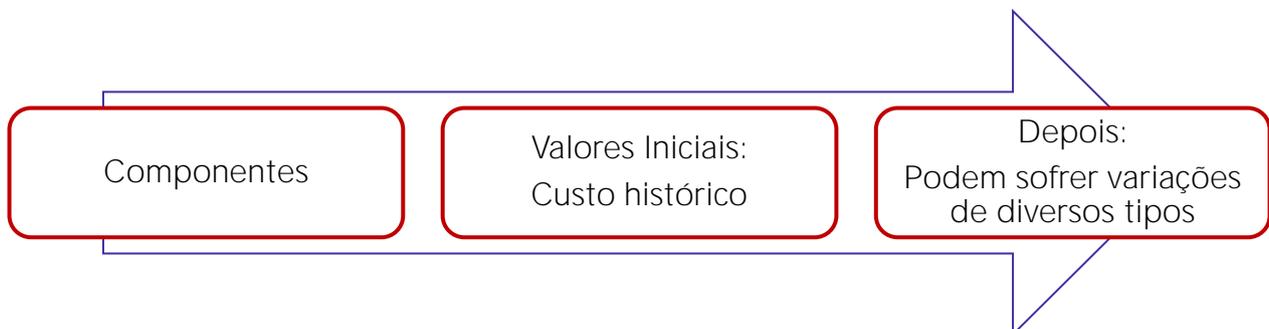
Agora, vamos explicar detidamente

A primeira coisa que você deve saber é que inicialmente os ativos e passivos são registrados pelo chamado **custo histórico**, isto é, pelo valor que foi pago ou que vamos receber, no caso dos ativos, ou pelo valor que teremos de desembolsar, no caso de passivos.

Ocorre que estes itens podem variar. A economia não para, existem uma série que fatores que influenciam nos valores dos bens, direitos e obrigações de uma entidade. Daí a importância de estudar os critérios de avaliação do ativo e passivo.

Após o registro inicial, diferentes bases de mensuração podem ser utilizadas, ao longo do tempo, a depender da natureza do item registrado na contabilidade.

Esquematemizemos:



Depois do registro inicial, o custo histórico pode sofrer uma série de variações, já que, como dissemos, o dinheiro não é constante no tempo e os bens estão sujeitos a uma série de variações em suas características, como desgaste, ação da natureza. Pode ser que uma parte de uma venda não seja recebida. Enfim, há uma série de variáveis. Essas variáveis formam os critérios de avaliação do ativo e do passivo.

Custo histórico. O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação



Custo histórico	
Ativo	Valores pagos
	Valores a serem pagos
Passivo	Recursos receb. em troca da obrigação
	Valor para liquidar

Para os ativos o custo histórico é o valor pago ou a ser pago. Por exemplo, se a companhia adquire uma mercadoria por R\$ 1.000,00, à vista ou a prazo, esse será o valor constante da contabilidade. Custo histórico para os ativos é só isso!

Para os passivos, seguimos a mesma lógica. Se você adquiriu um veículo por R\$ 30.000,00 e financiou, esse financiamento ficará registrado por este valor. Se tiver um valor a pagar ao Fisco de R\$ 100.000,00, este é o valor histórico que constará no passivo.

Visto o custo histórico, vejamos agora o Valor Atual.

As mensurações ao valor atual fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações atualizadas para refletir condições na data de mensuração. Devido à atualização, os valores atuais de ativos e passivos refletem as mudanças, desde a data de mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa e outros fatores refletidos nesses valores atuais. Diferentemente do custo histórico, o valor atual de ativo ou passivo não resulta, mesmo em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo.

As bases de mensuração do valor atual incluem:

- (a) valor justo;
- (b) valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos; e
- (c) custo corrente.

Esquematemizemos:

Custo Justo	
Ativo:	Preço recebido pela venda do ativo na data das demonstrações
Passivo:	Preço para liquidar a obrigação na data das demonstrações
Valor em Uso / Valor de Cumprimento	
Ativo:	Valor presente dos fluxos de caixa obtidos com uso do ativo
Passivo:	Valor presente para cumprir a obrigação.
Custo corrente	
Ativo:	Valor a ser pago na data das demonstrações
Passivo:	Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações



14.1 - Valor justo

Há ainda o **valor justo**.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo reflete a perspectiva dos participantes do mercado – participantes em mercado ao qual a entidade tem acesso. O ativo ou passivo é mensurado utilizando as mesmas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou passivo se esses participantes do mercado agirem em seu melhor interesse econômico.

Geralmente esse valor justo vai corresponder ao valor de mercado. **Uma pessoa quer comprar algo, procura alguém que tenha esse algo e tenha também interesse na venda, fecham um negócio naturalmente, sem influências um sobre o outro. Esse é o valor justo.**

Em alguns casos, o valor justo pode ser determinado diretamente, observando-se os preços em mercado ativo. Em outros casos, o valor justo é determinado indiretamente utilizando técnicas de mensuração, por exemplo, baseadas em fluxo de caixa, refletindo todos os seguintes fatores:

- (a) estimativas de fluxos de caixa futuros;
- (b) possíveis variações no valor estimado ou época dos fluxos de caixa futuros do ativo ou passivo que estiver sendo mensurado, causadas pela incerteza inerente aos fluxos de caixa;
- (c) o valor do dinheiro no tempo;
- (d) o preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (prêmio de risco ou desconto de risco). O preço para suportar essa incerteza depende da medida dessa incerteza. Também reflete o fato de que investidores geralmente pagariam menos pelo ativo (e geralmente exigem mais para assumir um passivo) que possui fluxos de caixa incertos do que pelo ativo (ou passivo) cujos fluxos de caixa são certos;
- (e) outros fatores, por exemplo, liquidez, se os participantes do mercado levariam esses fatores em consideração nas circunstâncias.

Os fatores mencionados nos itens (b) e (d) incluem a possibilidade de a contraparte poder descumprir sua obrigação perante a entidade (risco de crédito), ou que a entidade pode descumprir sua obrigação (risco de crédito próprio).

Como o valor justo não é derivado, mesmo em parte, do preço da transação ou de outro evento que deu origem ao ativo ou passivo, o valor justo não é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e não é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido. Além disso, o valor justo não reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.



14.2 - Valor Em Uso E Valor De Cumprimento

Valor em Uso: o Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

Valor de Cumprimento: o Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

Como o valor em uso e o valor de cumprimento baseiam-se em fluxos de caixa futuros, eles não incluem custos de transação incorridos ao adquirir o ativo ou assumir o passivo. Entretanto, o valor em uso e o valor de cumprimento incluem o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer na alienação final do ativo ou no cumprimento do passivo.

O valor em uso e o valor de cumprimento refletem premissas específicas da entidade em vez de premissas de participantes do mercado. Na prática, às vezes pode haver pouca diferença entre as premissas que os participantes do mercado utilizariam e aquelas que a própria entidade utiliza.

O valor em uso e o valor de cumprimento não podem ser observados diretamente e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa, e refletem os mesmos fatores descritos para valor justo, mas da perspectiva específica da entidade e, não, da perspectiva de participantes do mercado.

14.3 - Custo Corrente

Custo corrente. o custo corrente de ativo é o custo de ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data. O custo corrente de passivo é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

O que vem a ser o custo corrente? Vejamos através de um exemplo.

Os estoques são contabilizados pelo valor de compra (valor original). Depois, devem ser avaliados pela regra **custo ou mercado, dos dois o menor**. Atualmente, o "valor de mercado" é chamado de "valor realizável líquido". Mas vamos chamar temporariamente esse valor realizável líquido de valor justo. Então agora temos **custo ou valor justo, dos dois o menor**.

Pois bem. Imagine-se que uma empresa comprou matéria prima, digamos, comprou ácido sulfônico para usar em alguns produtos químicos.



Chegado a época de fechar o balanço, a empresa ainda tem ácido sulfônico em estoque.

O que seria o valor justo para o ácido sulfônico?

Se a empresa não costuma vender esse material no mercado, não podemos usar o valor que a empresa conseguiria numa eventual venda de ácido sulfônico. Se ela não tem tradição, não fabrica ácido sulfônico, não conhece ou não tem relacionamento comercial com possíveis compradores desse produto, então o preço que ela poderia estimar numa eventual venda não é o valor justo (provavelmente seria menor que o valor justo). Ela não consegue estimar esse valor com confiança, pois não é participante deste mercado.

O que ela tem de ácido sulfônico é para utilizar em sua produção, tão-somente.

Assim, para as matérias primas, o valor justo é o valor que a empresa iria gastar para comprar o produto dos fabricantes/vendedores de ácido sulfônico. O preço pelo qual ela poderia repor o ácido sulfônico em seu estoque, mediante compra no mercado.

Veja o texto da lei 6404/76:

§ 1o Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

O que isso tem a ver com o custo corrente?

Veja a definição de custo corrente: os ativos são reconhecidos pelo custo de ativo equivalente na data da mensuração.

Ou seja, o custo corrente é o custo de reposição, ou melhor, o valor que a empresa pagaria hoje pela matéria prima, se fosse comprá-la (repor) na data das demonstrações contábeis.

Os estoques destinados à venda (estoques de produtos acabados) só podem gerar dinheiro (futuros benefícios econômicos) para a empresa com a venda.

No caso de matéria prima, elas podem ser vendidas **ou** podem ser usadas na fabricação de produtos acabados.

Vamos voltar ao exemplo do ácido sulfônico: se o valor do estoque for de R\$ 10.000, e o custo corrente (custo de reposição, o preço que vai custar para comprar mais ácido sulfônico) cair e for de R\$ 9.500, em princípio, deveríamos reconhecer uma perda (debita "despesa com perda em estoque – resultado" e credita "ajuste para perdas prováveis em estoque – retificadora do ativo).

Mas se os produtos nos quais o ácido sulfônico não tiver queda de preço, então não há perda.



E qual a diferença entre custo corrente, valor em uso e valor de cumprimento e valor justo?

Bem, a primeira diferença é que o Custo Corrente é um valor de entrada (compra); já o Valor Justo e o Valor em uso/cumprimento são valores de saída (venda). :

- **Custo corrente:** Valor na **data das demonstrações contábeis (palavra-chave)**.

- **Valor em uso ou valor de cumprimento:** Valor específico para a entidade.

- **Valor justo:** Reflete as perspectivas dos participantes do mercado.

Gravem essa sutil **diferença entre custo corrente, valor em uso/cumprimento e valor justo:**

Custo Corrente	• Valor na data das demonstrações contábeis
Valor em Uso	• Valor específico para a entidade
Valor justo	• Valor de mercado "geral"

Vejamos também o Valor Realizável Líquido e o Valor Presente:

Esses são tipos de variações do custo histórico.

(c) Valor realizável (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

Suponha que a empresa Alfa tenha mercadorias registradas por R\$ 100,00. O CPC 16, que trata sobre estoques, prescreve:

9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O próprio CPC traz uma noção do que diz ser valor realizável:

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Se, por exemplo, este estoque só puder ser vendido por R\$ 90,00, com despesas de vendas de R\$ 5,00, nosso valor realizável líquido será, portanto, de R\$ 85,00.

Nesta hipótese, reconheceremos uma perda no estoque no valor de R\$ 15,00, já que há uma desvalorização deste item.



(d) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Em lição comezinha, valor presente, como o próprio nome sugere, é quanto **vale hoje** um ativo ou passivo pertencente à empresa. O ajuste a valor presente está previsto na Lei 6.404/76 para ativos e passivos de longo prazo e para os de curto prazo (estes apenas quando houver efeito relevante) – artigo 183, VIII e artigo 184, III, do seguinte modo:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

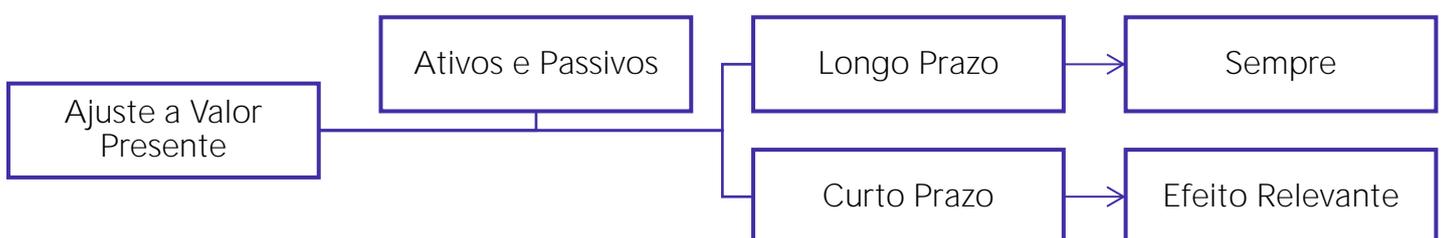
VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Se tenho um ativo de longo prazo, uma duplicata a receber, por exemplo, no valor de R\$ 200.000,00, com juros sobre este valor de R\$ 50.000,00. Qual o seu valor presente? É no valor de R\$ 150.000,00.

Esquematemizemos:





(STJ/Analista/2015) Em 15/7/2015, uma empresa adquiriu, à vista, mercadorias para revenda no valor unitário de R\$ 7,00, contemplando todos os custos de aquisição. Em 31/7/2015, o preço de reposição unitário das referidas mercadorias havia alcançado o valor de R\$ 7,80, ao passo que o preço de venda unitário estimado da mercadoria era R\$ 12,50, e o gasto estimado necessário para a concretização da venda era R\$ 1,50 por unidade. Em uma transação sem favorecimentos, cada uma dessas mercadorias poderia ser trocada no mercado pelo valor de R\$ 12,50 no último dia do mês de julho de 2015.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, considerando os princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- 1) Em 31/7/2015, o valor justo de cada unidade da mercadoria adquirida era R\$ 11,00.
- 2) Em 31/7/2015, o custo corrente unitário das mercadorias adquiridas era R\$ 7,80.
- 3) Em atendimento ao princípio do registro pelo valor original, que indica o custo histórico como a base de mensuração a ser utilizada para o registro inicial dos componentes patrimoniais, cada unidade da mercadoria adquirida deve ser reconhecida ao preço de R\$ 7,00.

Comentários:

O preço de aquisição é também chamado de **custo histórico**.

Custo histórico → 7,00.

O preço para repor é chamado de **custo corrente**.

Custo corrente → Preço de reposição → 7,80

A entidade vende a mercadoria a R\$ 12,50. Esse é o valor realizável (vejam que não é o valor realizável líquido, mas sim "bruto").

Valor realizável → 12,50

Os gastos da venda são de R\$ 1,50. Portanto:

Valor realizável líquido de despesa de venda → $12,50 - 1,50$: 11,00

O valor pelo a mercadoria pode ser negociada no mercado é o valor justo.

Valor justo → Trocada no mercado → 12,50

Item 1, portanto, incorreto.

Item 2, portanto, correto.

Item 3, portanto, correto.



15. CAPÍTULO 8: CONCEITOS DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL

O conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária. Em síntese:

- Capital Financeiro → Ativo líquido ou patrimônio líquido.
- Capital Físico → Capacidade produtiva ou operacional da entidade.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.

Assim, o conceito de capital financeiro deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido.

Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro, mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

Destas definições, o Pronunciamento CPC 00 conclui que:

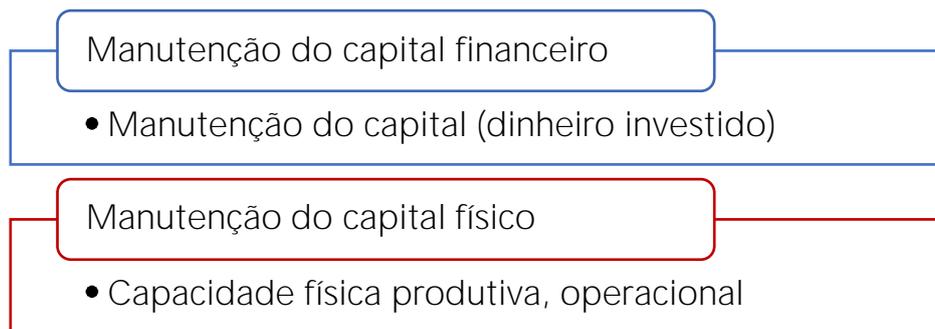
4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.



Esquematemizemos:



O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital.

Dessa forma, somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital.

Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

Vejam os uma questão discursiva do CESPE:

(TCE-PR/Analista-Área Contábil/2016) Tendo em vista que, de acordo com a deliberação CVM n. 675/2011, a seleção do conceito de capital determina o modelo contábil a ser utilizado na elaboração das demonstrações contábeis, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos.

- 1) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital físico para determinar seu modelo contábil?
- 2) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital financeiro para determinar seu modelo contábil?

Padrão de resposta:

O conceito de capital físico é utilizado quando a entidade necessita conhecer sua capacidade operacional. Por isso, é indicado para o controle gerencial e para a tomada de decisões internas.

No caso do conceito de capital financeiro, o capital é visto como sinônimo de patrimônio líquido. Assim, o modelo contábil apoiado neste conceito é adequado aos usuários externos, principalmente, aos acionistas.

Se você não entendeu muito bem do que estamos falando até agora, o exemplo que utilizaremos para explicar a questão a seguir vai ajudar:



(TJ-SE/2009) Considere:

I – Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.

II – As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.

III – O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) III.

Comentários:

I. Alternativa INCORRETA. Conforme o Pronunciamento Técnico 00 do CPC:

4.38. Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:

(a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e

(b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Assim, não são todos os bens adquiridos que devem ser registrados como ativo, mas apenas os que atenderem às condições acima.

II. Alternativa CORRETA.

4.50. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos. Por exemplo, os vários componentes de despesas que integram o custo das mercadorias vendidas devem ser reconhecidos no mesmo momento em que a receita derivada da venda das mercadorias é reconhecida. Contudo, a aplicação do conceito de confrontação, de acordo com esta Estrutura Conceitual, não autoriza o reconhecimento de itens no balanço patrimonial que não satisfaçam à definição de ativos ou passivos.



III. Alternativa INCORRETA.

4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) *Manutenção do capital financeiro.* De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) *Manutenção do capital físico.* De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Para entender melhor:



O conceito de manutenção do capital físico era muito importante na época da inflação alta. Vejamos um exemplo numérico para apresentar o conceito:

Suponha que uma determinada empresa seja constituída com 10.000 de Capital Social, para comercializar, digamos, televisores. O capital social foi integralizado em dinheiro. No primeiro mês, a empresa compra um televisor de 4.000 reais.

Balanco Inicial			
Ativo		Passivo	
Caixa	6.000		
Estoque	4.000	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	10.000

Durante o mês, a empresa vende o televisor que tinha em estoque por 5.000 à vista. Quando vai comprar outra unidade do mesmo televisor, o preço subiu para 5.800.

Balanco no final do mês			
Ativo		Passivo	
Caixa	5.200		
Estoque	5.800	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	10.000
		Resultado do exercício	1000



Demonstração do Resultado	
Venda	5.000
CMV	(4.000)
Lucro Bruto	1.000

Sob a ótica de **manutenção do capital financeiro**, a empresa apurou um lucro de 1.000.

Seu ativo, que era de 10.000, passou para 11.000. Este resultado bate com o lucro contábil, que também foi de 1.000.

Entretanto, **se considerarmos a manutenção do capital físico, o resultado muda radicalmente, e apuramos um prejuízo de 800 reais.**

No início do mês, a empresa possuía um televisor e 6.000 em caixa. No final do mês, após a venda e a compra de nova unidade, a empresa possui um televisor em estoque e 5.200 em caixa. Encontra-se, portanto, em situação pior que no início do mês.

Em outras palavras: se a empresa não realizasse nenhuma operação, estaria em melhor situação no final do mês.

Isto ocorreu porque, no nosso exemplo, a empresa vendeu por 5.000 estoques que foram repostos por 5.800, gerando um prejuízo de 800.

Naturalmente, com inflação baixa, não deve ocorrer nenhuma mudança de preço tão drástica, mas o conceito de manutenção do capital físico permanece.

O gabarito é letra d.



16. QUESTÕES COMENTADAS



1. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018) O entendimento da importância da elaboração das demonstrações contábeis em IFRS passa pelo pronunciamento da estrutura conceitual para a elaboração das demonstrações contábeis, conhecido na prática por CPC 00, correspondente ao framework, do IFRS. Nesse entendimento são reportadas, dentre os aspectos técnico-conceituais, características qualitativas das demonstrações contábeis.

Nesse contexto das características qualitativas das demonstrações contábeis e de acordo com o IFRS 8, uma informação da empresa sobre seus segmentos operacionais, que permita a potenciais usuários identificar quais são suas áreas de atuação e negócios, é um exemplo prático da característica qualitativa da

- a) relevância
- b) materialidade
- c) verificabilidade
- d) comparabilidade
- e) compreensibilidade

Comentários:

Uma informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Assim, quando vou tomar a decisão de investir ou não em um negócio, interessa-me saber qual o ramo de negócio em que ela atua. O gabarito é letra a.

2. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018) A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC no 1.374/2011, tem como um de seus objetivos suportar e promover a harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, visando a reduzir o número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Nesse contexto, a norma apresenta as características qualitativas da informação contábil financeira útil, destacando, dentre elas, a característica da Verificabilidade, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação

(A) é classificada e apresentada de forma clara e concisa.

(B) está disponível para os tomadores de decisão, a tempo de influenciar suas decisões.



- (C) possibilita fazer escolhas entre alternativas igualmente válidas.
- (D) representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (E) tem capacidade para fazer diferença nas decisões que o usuário possa tomar (relevância).

Comentários:

Verificabilidade é uma das características qualitativas de melhoria previstas no CPC 00:

QC26. A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

O gabarito é letra d.

3. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018) Um grupo de investidores de uma companhia utilizou os reportes financeiros dos últimos cinco exercícios para avaliar a possibilidade de um novo aporte de capital dessa companhia. A decisão foi positiva quanto ao investimento e, um ano após, o grupo de investidores estava disposto a aumentar os investimentos na companhia.

Considerando apenas essa situação, é correto afirmar que as informações que foram utilizadas pelos investidores para tomar a decisão

- (A) foram confirmadas pelos auditores
- (B) são comparáveis com outras entidades
- (C) são compreensíveis a qualquer usuário
- (D) são objetivamente verificáveis
- (E) têm valor confirmatório

Comentários:

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.



A informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

O gabarito é letra e.

4. (FGV/Analista/ALE RO/2018) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil- financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- a) Confiabilidade e materialidade.
- b) Relevância e representação fidedigna.
- c) Essência sobre a forma e neutralidade.
- d) Comparabilidade e tempestividade.
- e) Compreensibilidade e verificabilidade.

Comentários:

As características qualitativas fundamentais das demonstrações contábeis são relevância e representação fidedigna. O gabarito é letra b.

5. (CESPE/Técnico/SEFAZ/RS/2018) Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

- A) Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.
- B) Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.
- C) Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.
- D) Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.
- E) O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

A Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.

Errado, o item 4.38 do CPC 00 afirma:



Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:

(a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e

(b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Portanto, se houver expectativa de benefícios futuros e a mensuração confiável do custo, o ativo pode ser reconhecido, ainda que haja incertezas. Um exemplo básico: uma venda a prazo. A entidade tem certeza de que esse valor será recebido? Ainda que seja recebido, pode haver perdas, não é mesmo? Ainda assim a venda a prazo é classificada como um Ativo.

B Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.

Errado, se não há informações sobre seu benefício econômico futuro, ainda que sejam por estimativas, determinado item não deve ser considerado como ativo.

C Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.

Errado, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

D Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.

Errado, a primeira parte da assertiva está correta: mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; mas devemos, sim, nesse caso, observar a expectativa de benefícios econômicos.

E O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.

Correto, o item 4.40 no CPC 00 prevê:

4.40. O conceito de probabilidade deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade. O conceito está em conformidade com a incerteza que caracteriza o ambiente no qual a entidade opera. As avaliações acerca do grau de incerteza atrelado ao fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser feitas com base na evidência disponível quando as demonstrações contábeis são elaboradas. Por exemplo, quando for provável que uma conta a receber devida à entidade será paga pelo devedor, é então justificável, na ausência de qualquer evidência em contrário, reconhecer a conta a receber como ativo. Para uma ampla população de contas a receber, entretanto, algum grau de inadimplência é normalmente



considerado provável; dessa forma, reconhece-se como despesa a esperada redução nos benefícios econômicos.

O gabarito é letra e.

6. (CESPE/Auditor/CAGE RS/2018) Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/2011, o valor realizável é a base de mensuração que implica avaliar o ativo de acordo com o

A) valor presente descontado dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa esperados do ativo no curso normal

das operações.

B) montante de caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.

C) montante de caixa ou equivalentes de caixa a serem pagos se esse mesmo ativo ou um ativo equivalente for adquirido

na data do balanço.

D) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

E) valor justo dos recursos entregues para adquiri-lo na data de aquisição.

Comentários:

Guarde este resumo:

Custo Justo	
Ativo:	Preço recebido pela venda do ativo na data das demonstrações
Passivo:	Preço para liquidar a obrigação na data das demonstrações
Valor em Uso / Valor de Cumprimento	
Ativo:	Valor presente dos fluxos de caixa obtidos com uso do ativo
Passivo:	Valor presente para cumprir a obrigação.
Custo corrente	
Ativo:	Valor a ser pago na data das demonstrações
Passivo:	Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações

O gabarito é letra b.

7. (CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018) Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

a) relevância

b) tempestividade

c) essência econômica sobre a forma jurídica



- d) representação fidedigna
- e) continuidade

Comentários:

Conforme previsão da Estrutura Conceitual Básica:

Premissa subjacente

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada

O gabarito é letra e.

8. (FGV/Auditor/SEFIN/RO/2018) Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, a **característica “essência sobre a forma” foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.**

Assinale a opção que indica o motivo porque a “essência sobre a forma” foi retirada.

- (A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.
- (B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.
- (C) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.
- (D) As normas contábeis norte-americanas não incluem a essência sobre a forma em sua estrutura conceitual.
- (E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

Comentários:

Questão que cobra literalidade do CPC 00, vejamos:

A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, por ser considerado isso uma redundância. A representação pela forma legal que difere da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.



O gabarito é letra a.

9. (CONSULPLAN/Analista/TRF 2/2017) A Resolução CFC nº 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- a) Somente for uma predição ou uma projeção.
- b) For confirmada pela informação confirmatória.
- c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para prever futuros resultados.

Comentários:

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.

O gabarito é letra d.

10. (ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.



- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

Comentários:

O CPC 27 (ativo imobilizado) prega que:

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Assim, para fins contábeis, a depreciação deve ser feita ao longo da vida útil do ativo, com base nas melhores informações disponíveis sobre a vida útil e econômica do bem.

Todavia, na hipótese em tela, foram utilizados os critérios fiscais. Critério diferente seria demasiadamente oneroso para a entidade.

Segundo o CPC 00:

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

QC15. Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser qualificada como sendo algo exato ou inexato. Entretanto, a representação dessa estimativa pode ser considerada fidedigna se o montante for descrito claramente e precisamente como sendo uma estimativa, se a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas, e nenhum erro tiver sido cometido na seleção e aplicação do processo apropriado para desenvolvimento da estimativa.

Vistos os preceitos sobre representação fidedigna, vejamos a ponderação que deve ser feita na análise do custo de geração da informação.

Tais preceitos estão também estatuídos no CPC 00, a saber:



QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

QC38. Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.

Portanto, as informações, fazendo-se uma ponderação do custo-benefício, não deixaram de ser fidedignas, haja vista que a ponderação entre a informação e o custo para se gerar essa informação deve ser levado em conta.

O gabarito é letra c.

11. (ESAF/AFRFB/2012) Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que:

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.



Comentários:

Conforme dissemos na aula:

Comparabilidade

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

Gabarito, pois, letra a.

12. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2) Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do **período, o item “ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo”**.

Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

- a) Materialidade.
- b) Relevância.
- c) Representação Fidedigna.
- d) Tempestividade.

Comentários:

Conforme disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, item QC5, as características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**.

Por sua vez, de acordo com o item QC6, informação contábil-financeira **relevante** é aquela capaz de **fazer diferença** nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.



E, finalmente, o item QC7 afirma que a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, **VALOR CONFIRMATÓRIO** ou ambos, o que nos leva à alternativa **"B"**.

O gabarito é letra b.

13. (FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, no que se refere ao reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis, é **CORRETO** afirmar que:

- a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros.
- b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for remota a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.
- c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.
- d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de passivos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Comentários:

Vamos comentar cada um dos itens:

a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos **não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros**.

ERRADO: Conforme disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, item 4.44, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for **remota** a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.

ERRADO: segundo o item 4.46 disposição da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for **PROVÁVEL** que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente.

Se a possibilidade de saída de recursos for **REMOTA**, segundo a NBC TG 25, a empresa poderá não precisa reconhecer um Passivo Contingente e nem fazer a divulgação em Notas Explicativas.



c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

CORRETO: alternativa correta e representa a literalidade do item 4.25 da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL.

d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em **diminuição** nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de **passivos** que resultam em **diminuição** do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

ERRADO: a alternativa inverteu diversos conceitos, pois, segundo o item 4.25, (a), *receitas* são **aumentos** nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do **aumento** de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em **aumentos** do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

O gabarito é letra c.

14. (FBC/Exame de Suficiência/2016.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é **INCORRETO** afirmar que:

a) as características qualitativas fundamentais são comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, pois tornam a informação útil. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Portanto, relevância e representação fidedigna são características qualitativas de melhoria.

b) a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

c) as características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

d) a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

Comentários:

A alternativa incorreta é a "A", porque inverteu os conceitos! As características qualitativas fundamentais são Relevância e Representação fidedigna.



As Características qualitativas de melhoria são Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

15. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015) Sobre as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, considere:

I. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e materialidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.

III. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

IV. Verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, III e IV.

B) I e II.

C) II e III.

D) I e IV.

E) III e IV.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I – Certa. Cópia do CPC 00 (R1).

II – Errada. O correto seria: Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e **compreensibilidade** são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. A banca trocou “compreensibilidade” por “materialidade”.

III – Errada. Essa é a definição de Consistência, confira: **Consistência**, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

IV – Certa. Cópia do CPC 00 (R1).

O gabarito é letra d.



16. (FBC/Exame de Suficiência/2015.1) De acordo a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, F.
- d) V, V, V.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

Correto, as características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

Correto, consoante a Estrutura Conceitual básica:



QC19. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

Correto, vejamos:

Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário. Se divulgar uma informação é mais caro do que a informação propriamente dita, pode ser que seja necessário avaliar se essa decisão é mesmo necessária para a divulgação das demonstrações contábeis.

O gabarito é letra d.

17. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Recurso com característica tangível.
- II. Recurso controlado pela entidade.
- III. Recurso de propriedade da entidade.
- IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.
- V. Recurso resultante de eventos passados.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.



- c) II, IV e V.
- d) III e V.

Comentários:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam **futuros benefícios econômicos para a entidade**.

Agora iremos analisar o que diz cada alternativa:

I. Recurso com característica **tangível**.

Errado, temos Ativos que são incorpóreos, como os Ativos Intangíveis.

II. Recurso controlado pela entidade.

Correto, conforme determina o CPC 00.

III. Recurso de propriedade da entidade.

Errado, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade. A propriedade jurídica não é essencial.

IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Correto, a expectativa de que futuros benefícios econômicos fluam para a entidade ou saiam da entidade deve ser suficientemente certa para que seja observado antes que um ativo ou um passivo seja reconhecido.

V. Recurso resultante de eventos passados.

Correto, de acordo com o CPC 00, os ativos da entidade resultam de transações passadas ou de outros eventos passados. As entidades normalmente obtêm ativos por meio de sua compra ou produção, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos. Por exemplo, um imóvel recebido de ente governamental como parte de programa para fomentar o crescimento econômico de dada região ou a descoberta de jazidas minerais. Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não dão origem, por si só, ao surgimento de ativos. Desse modo, por exemplo, a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de ativo.

O gabarito é letra c.

18. (FBC/Exame de Suficiência/2015.2) De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.



II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, **deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.**

Errado, pois, se não há expectativa de geração de benefícios futuros para a entidade, o bem não deverá ser reconhecido como ativo.

II. Bens sob arrendamento financeiro **não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário**, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

Errado, muitos ativos, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão ligados a direitos legais, inclusive o direito de propriedade. **Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial**; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Assim, os bens arrendados podem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do arrendatário, se houver transferência dos riscos, benefícios e controle na operação.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, **não deve ensejar revisão de seu valor recuperável**,



uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

Errado, a capacidade de geração de fluxos de caixa é elemento importante no reconhecimento de um ativo, pois esta ligada diretamente à geração de benefícios econômicos para a entidade.

Se essa capacidade é reduzida, pode ser indícios de redução do valor recuperável do Ativo.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, **deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.**

Errado, item interessante. Segundo o CPC 00, o segundo critério para reconhecimento de um item é que ele possua custo ou **valor que possa ser mensurado com confiabilidade**. Em muitos casos, o custo ou valor precisa ser estimado; o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Mensurar o valor contábil de uma equipe gerada internamente, poderá ir contra à independência da mensuração e ter pouca confiabilidade.

O gabarito é letra a.

19. (FGV/Analista/DPE MT/2015) Assinale a opção que não representa a liquidação de um passivo de uma entidade.

- a) Renúncia do credor.
- b) Prestação de serviços de valores já recebidos.
- c) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.
- d) Transferência de outros ativos.
- e) Recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas.

Comentários:

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

4.17. A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica a utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer a demanda da outra parte. A liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio de:

(a) pagamento em caixa;

*(b) transferência de outros ativos; **Letra D***

*(c) prestação de serviços; **Letra B***



(d) substituição da obrigação por outra; ou

*(e) conversão da obrigação em item do patrimônio líquido. **Letra C***

*A obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos. **Letra A***

O recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas (letra E) não liquida um passivo; pelo contrário, dá origem a um passivo, se a operação foi feita a prazo.

A contabilização fica assim:

D – Mercadorias (Ativo)

C – Fornecedores (Passivo)

O gabarito é letra e.

20.(FGV/Analista/DPE MT/2015) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação contábil que foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

- a) Prudência
- b) Compreensibilidade
- c) Comparabilidade
- d) Verificabilidade
- e) Tempestividade

Comentários:

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

*A característica **prudência (conservadorismo)** foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.*

Gabarito A, portanto. Mas vamos aproveitar e dar uma olhada nas características qualitativas.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:



- 1) Características qualitativas fundamentais
 - 1.1 - relevância
 - 1.2 - representação fidedigna
- 2) Características qualitativas de melhoria
 - 2.1 - comparabilidade
 - 2.2 - verificabilidade
 - 2.3 - tempestividade
 - 2.4 – compreensibilidade

Vejamos as definições:

Características qualitativas fundamentais

Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A **Representação Fidedigna** refere-se a três atributos, precisando ser completa, neutra e livre de erro.

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

Características qualitativas de melhoria

As Características qualitativas de melhoria são Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A **verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar

Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.



Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

O gabarito é letra a.

21. (FCC/TCE GO/Contabilidade/2014) Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

- A) Completa, neutra e livre de erro.
- B) Suficiente, prudente e livre de fraude.
- C) Limitada, suficiente e livre de erro.
- D) Integral, prudente e livre de fraude.
- E) Adequada, possível e livre de erro.

Comentários:

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter **três atributos**.

Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

O gabarito é a letra A. Mas vamos ler um pouco mais:

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

22. (FGV/TCM SP/Contador/2015) Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:



- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

Comentários:

Questão difícil. As letras C e E podem confundir.

Vejamos:

Conforme o Pronunciamento CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro:

Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Esse é o gabarito da questão, letra C.

Vejamos agora a definição que consta no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.

E caímos na letra E.

O que justifica o gabarito é que a questão menciona no Caput a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

O gabarito é letra c.



23. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014) Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, representam os usuários primários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

Neste sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.
- b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.
- c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.
- d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.
- e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

Comentários;

Vamos analisar as assertivas:

a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.

Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial possuem as mesmas necessidades? Não! Enquanto investidor, quero saber o quanto a empresa pode me retornar no capital investido. Enquanto credor, vou precisar de garantias, a fim de que possa realizar operações a prazo com segurança de que receberei o dinheiro emprestado novamente. Cada usuário pode ter uma necessidade distinta nas informações contábeis.

b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.

O item está incorreto. Alguns usuários até podem requerer informações diretamente para a entidade, como agências reguladoras, fiscos, etc. Todavia, esta regra não é absoluta. Eu, uma vez que adquiri 10 ações preferenciais da Petrobras, não poderei requerer que a empresa reporte todas as suas demonstrações contábeis apenas para me atender. Veja o que diz o CPC 00:

OB5. Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Consequentemente, eles são os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.



c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.

O item está incorreto. Nem sempre, todas as informações de que necessitamos estão nas demonstrações contábeis, dado que as necessidades podem variar demasiadamente, quer estejamos frente a um tipo de usuário da demonstração contábil, quer estejamos frente a um tipo de operação.

Nesse sentido vai o CPC 00:

OB5. Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Conseqüentemente, eles são os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

O item está correto. Ao fazer uma análise das demonstrações contábeis, devemos priorizar a análise sistêmica. Um exemplo hipotético, de nada adianta olhar para uma empresa de DVD extremamente lucrativa, se o mercado dos blue-rays tendem a sucumbir aquela indústria num período de 10 anos.

OB6. Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

O item está incorreto. Segundo o CPC 00:

OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

O gabarito é letra d.



24. (FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014) Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
- b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
- c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
- d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
- e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela

Comentários:

a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.

A letra a está incorreta. O ativo, de fato, contém todos os bens e direitos da entidade, mas não só a eles está restrito. Basta lembrar do caso do arrendamento mercantil financeiro, que não é juridicamente propriedade da companhia e deve ser registrado no ativo.

b) A mensuração a valor de mercado é proibida.

Item incorreto. Existem hipóteses em que o ativo pode, sim, ser avaliado ao valor de mercado. Um caso clássico são as mercadorias que a companhia compra para revender, as quais devem ser avaliadas pelo custo ou valor realizável líquido (a famosa regra chamada "custo ou mercado, dos dois o menor"). Vejamos o que diz a Lei 6.404/76 a respeito:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

Ademais, existe o caso clássico das mercadorias fungíveis (como commodities).

Art. 183. § 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.

O item está incorreto. A posse não é essencial para que se reconheça um ativo. Tão pouco a propriedade. A entidade pode ter veículos que estejam alugados (que não configurem arrendamento financeiro), pode ter outros tipos de bens que não estejam de sua posse e, não necessariamente por isso, não estarão reconhecidos na contabilidade.

A definição de ativo está descrita no CPC 00 da seguinte maneira:



4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.

Incorreto. A origem de recursos próprios da entidade representa o que conhecemos por patrimônio líquido.

e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela.

Esse é o nosso gabarito. Como dissemos, a definição de ativo está assim exposta no CPC 00:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

E continua o Pronunciamento...

4.8. O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.

4.10. Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, o ativo pode ser:

(a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;

(b) trocado por outros ativos;

(c) usado para liquidar um passivo; ou

(d) distribuído aos proprietários da entidade.



O gabarito é letra e.

25. (FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015) Os administradores da Distribuidora de Energia Elétrica Lambda S.A comunicaram aos auditores independentes da companhia, durante a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício de X1, sua intenção de reconhecer como ativo o direito ao aumento de tarifas de X2 para fazer frente ao aumento de seus custos não gerenciáveis durante X1.

Dentre os argumentos apresentados pelos administradores da companhia aos auditores para convencê-los da adequação dessa política contábil, é consistente com uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira útil, tal qual definido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o de que essa política:

- a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.
- b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia.
- c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.
- d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.
- e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

Comentários:

Aqui, temos de fazer um esforço para discernir as características qualitativas fundamentais das de melhoria.

- a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.

Compreensibilidade.

QC30. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

- b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia. Relevância! Gabarito.

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.



A informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.

Verificabilidade.

QC26. A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.

Comparabilidade.

QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou outra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

QC22. **Consistência**, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

QC23. **Comparabilidade não significa uniformidade**. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.



e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

Tempestividade.

QC29. Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

O gabarito é letra b.

26. (CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016) As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a NBC TG 1374/2011, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

Comentários:

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

1) Características qualitativas fundamentais

1.1 - Relevância

1.2 - Representação fidedigna

2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - Comparabilidade

2.2- Verificabilidade

2.3 - Tempestividade

2.4 – Compreensibilidade



A questão fala de característica qualitativa de melhoria, assim sendo, já podemos descartar as alternativas "C" e "D", pois referem-se a características qualitativas fundamentais.

Segundo a NBC TG 1374/2011- Estrutura conceitual básica- "As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser **COMPARADA com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.**

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Assim sendo, a alternativa correta é a opção "A".

27. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016) O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

Comentários:

Item incorreto. Trecho do nosso curso: "O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.** Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral.** "

"**Outras partes interessadas, como, por exemplo,** órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente **a esses outros grupos**".

Item incorreto.

O gabarito é errado.

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

28. (CESPE/PF/Contabilidade/2014) A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

Comentário:

De acordo com o CPC 00:



Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.

Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

O gabarito é errado.

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

29.(CESPE/MPU/Atuarial/2015) Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.

Comentários:

Segundo o Pronunciamento CPC 00 – Estrutura básica Conceitual, o Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Ou seja, o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

Mas o PL é avaliado pelo valor contábil, e não pelo valor justo. Por exemplo, uma empresa pode ter um veículo com valor contábil de \$10.000 e que vale, no mercado, \$15.000.

Nesse exemplo, o valor contábil de \$10.000 é menor que o valor justo, de \$15.000.

Assim, está errada a afirmação de que o “patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa”.

O gabarito é errado.

30. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013) A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.



Comentários:

Segundo o CPC 00:

QC22. Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

O gabarito é errado.

31. (FBC/Exame de Suficiência/2013.2) Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

Comentários:

O conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária. Em síntese:

- Capital Financeiro → Ativo líquido ou patrimônio líquido.
- Capital Físico → Capacidade produtiva da entidade.



Diante do exposto, vamos comentar cada alternativa:

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

Correto, conforme já explicado.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Correto, item 4.59, do CPC 00:

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de **manutenção de capital físico**, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

Errado, esse conceito se aplica ao conceito de manutenção do capital financeiro:

*4.63 De acordo com o conceito de **manutenção do capital financeiro**, por meio do qual o capital é definido em termos de unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal ao longo do período. Assim, os aumentos nos preços de ativos mantidos ao longo do período, convencionalmente designados como ganhos de estocagem, são, conceitualmente, lucros. Entretanto, eles podem não ser reconhecidos como tais até que os ativos sejam realizados mediante transação de troca.*

O gabarito é letra d.

32. (FBC/Exame de Suficiência/Técnico/2012.2) De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

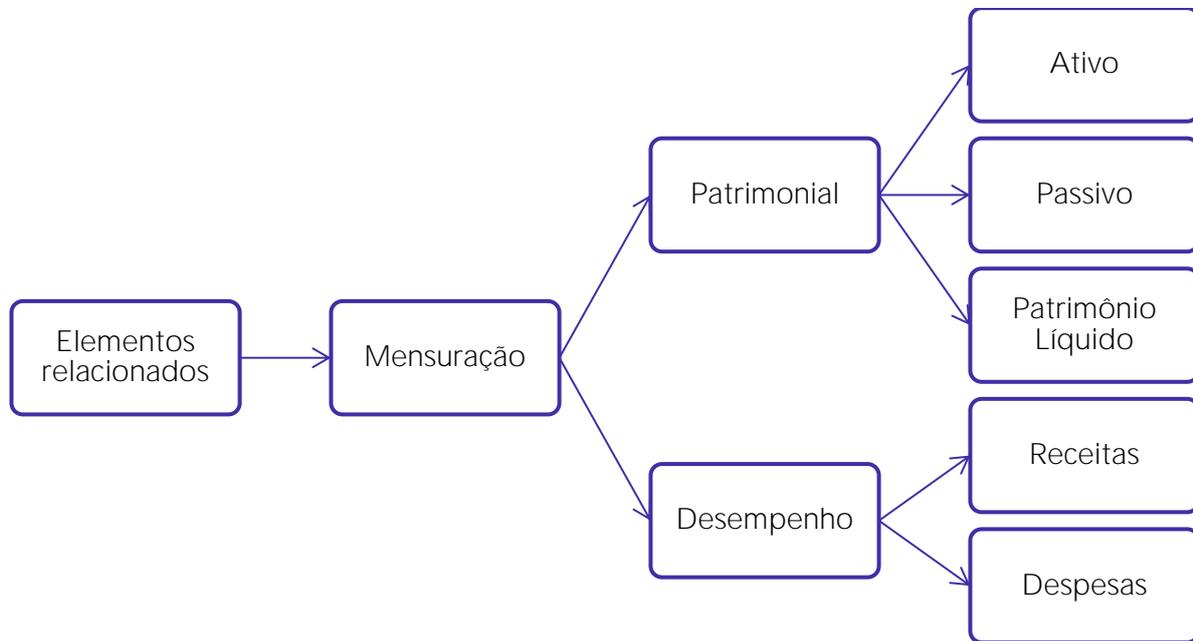
- a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.
- b) Relevância, Compreensibilidade e Prudência.
- c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.
- d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.



Comentários:

As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)

Esquematemizemos:



O gabarito é letra d.

33. (FBC/Exame de Suficiência/2012.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

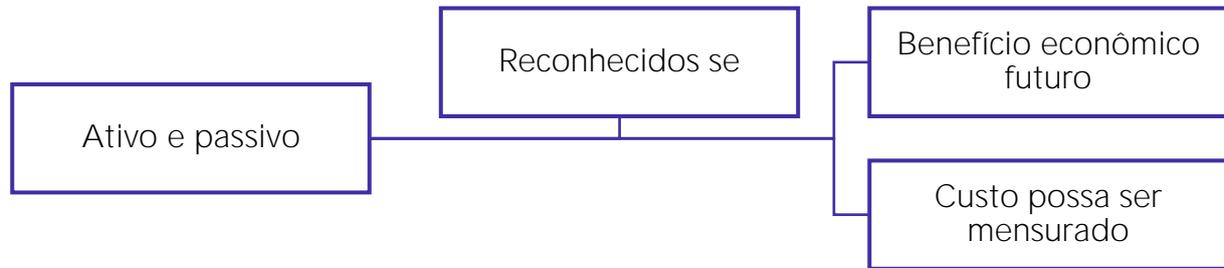
- a) comparabilidade e valor justo.
- b) relevância e representação fidedigna.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) verificabilidade e objetividade.

Comentários:

As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.

Então, vamos esquematizar?





Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser completa, neutra e livre de erro.

Para ser completa, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser neutra, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser livre de erros não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.

O gabarito é letra b.



17. LISTA DE QUESTÕES



1. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018) O entendimento da importância da elaboração das demonstrações contábeis em IFRS passa pelo pronunciamento da estrutura conceitual para a elaboração das demonstrações contábeis, conhecido na prática por CPC 00, correspondente ao framework, do IFRS. Nesse entendimento são reportadas, dentre os aspectos técnico-conceituais, características qualitativas das demonstrações contábeis.

Nesse contexto das características qualitativas das demonstrações contábeis e de acordo com o IFRS 8, uma informação da empresa sobre seus segmentos operacionais, que permita a potenciais usuários identificar quais são suas áreas de atuação e negócios, é um exemplo prático da característica qualitativa da

- a) relevância
- b) materialidade
- c) verificabilidade
- d) comparabilidade
- e) compreensibilidade

2. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018) A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC no 1.374/2011, tem como um de seus objetivos suportar e promover a harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, visando a reduzir o número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Nesse contexto, a norma apresenta as características qualitativas da informação contábil financeira útil, destacando, dentre elas, a característica da Verificabilidade, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação

- (A) é classificada e apresentada de forma clara e concisa.
- (B) está disponível para os tomadores de decisão, a tempo de influenciar suas decisões.
- (C) possibilita fazer escolhas entre alternativas igualmente válidas.
- (D) representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe representar.
- (E) tem capacidade para fazer diferença nas decisões que o usuário possa tomar (relevância).



3. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018) Um grupo de investidores de uma companhia utilizou os reportes financeiros dos últimos cinco exercícios para avaliar a possibilidade de um novo aporte de capital dessa companhia. A decisão foi positiva quanto ao investimento e, um ano após, o grupo de investidores estava disposto a aumentar os investimentos na companhia.

Considerando apenas essa situação, é correto afirmar que as informações que foram utilizadas pelos investidores para tomar a decisão

- (A) foram confirmadas pelos auditores
- (B) são comparáveis com outras entidades
- (C) são compreensíveis a qualquer usuário
- (D) são objetivamente verificáveis
- (E) têm valor confirmatório

4. (FGV/Analista/ALE RO/2018) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil- financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- a) Confiabilidade e materialidade.
- b) Relevância e representação fidedigna.
- c) Essência sobre a forma e neutralidade.
- d) Comparabilidade e tempestividade.
- e) Compreensibilidade e verificabilidade.

5. (CESPE/Técnico/SEFAZ/RS/2018) Em consonância com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, prevista pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a opção correta, com relação a ativos.

- A) Os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do seu benefício econômico futuro.
- B) Na ausência de informações sobre seu benefício econômico futuro, os ativos devem ser avaliados com medidas subjetivas.
- C) Os ativos poderão ser reconhecidos mesmo que não haja informação sobre o seu benefício econômico futuro.
- D) Mesmo que incertos, os ativos devem ser reconhecidos; entretanto, não se deve, nesse caso, observar sua relação de benefício econômico futuro.
- E) O grau de incerteza do ativo e o seu fluxo de benefícios econômicos futuros devem ser avaliados de maneira conjunta.



6. (CESPE/Auditor/CAGE RS/2018) Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual aprovada pela Resolução CFC n.º 1.374/2011, o valor realizável é a base de mensuração que implica avaliar o ativo de acordo com o

A) valor presente descontado dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa esperados do ativo no curso normal

das operações.

B) montante de caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.

C) montante de caixa ou equivalentes de caixa a serem pagos se esse mesmo ativo ou um ativo equivalente for adquirido

na data do balanço.

D) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

E) valor justo dos recursos entregues para adquiri-lo na data de aquisição.

7. (CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado/2018) Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

a) relevância

b) tempestividade

c) essência econômica sobre a forma jurídica

d) representação fidedigna

e) continuidade

8. (FGV/Auditor/SEFIN/RO/2018) Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, a característica **“essência sobre a forma”** foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.

Assinale a opção que indica o motivo porque a **“essência sobre a forma”** foi retirada.

(A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.

(B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.

(C) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.

(D) As normas contábeis norte-americanas não incluem a essência sobre a forma em sua estrutura conceitual.

(E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

9. (CONSULPLAN/Analista/TRF 2/2017) A Resolução CFC n.º 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.



De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- a) Somente for uma predição ou uma projeção.
- b) For confirmada pela informação confirmatória.
- c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para prever futuros resultados.

10.(ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

11.(ESAF/AFRFB/2012) Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que:

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.



12.(FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2) Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do período, o item “**ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo**”.

Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

- a) Materialidade.
- b) Relevância.
- c) Representação Fidedigna.
- d) Tempestividade.

13.(FBC/Exame Suficiência/CFC/2016.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, no que se refere ao reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis, é CORRETO afirmar que:

- a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros.
- b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for remota a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.
- c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.
- d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de passivos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

14. (FBC/Exame de Suficiência/2016.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é INCORRETO afirmar que:

- a) as características qualitativas fundamentais são comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, pois tornam a informação útil. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Portanto, relevância e representação fidedigna são características qualitativas de melhoria.
- b) a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma



decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

c) as características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

d) a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

15.(FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015) Sobre as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, considere:

I. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e materialidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.

III. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

IV. Verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, III e IV.

B) I e II.

C) II e III.

D) I e IV.

E) III e IV.

16.(FBC/Exame de Suficiência/2015.1) De acordo a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.



III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, F.
- d) V, V, V.

17.(FBC/Exame de Suficiência/2015.2) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Recurso com característica tangível.
- II. Recurso controlado pela entidade.
- III. Recurso de propriedade da entidade.
- IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.
- V. Recurso resultante de eventos passados.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III e V.

18.(FBC/Exame de Suficiência/2015.2) De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.
- II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.
- III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.



IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

19. (FGV/Analista/DPE MT/2015) Assinale a opção que não representa a liquidação de um passivo de uma entidade.

- a) Renúncia do credor.
- b) Prestação de serviços de valores já recebidos.
- c) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.
- d) Transferência de outros ativos.
- e) Recebimento de mercadorias que haviam sido encomendadas.

20. (FGV/Analista/DPE MT/2015) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação contábil que foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna, por ser inconsistente com a neutralidade.

- a) Prudência
- b) Compreensibilidade
- c) Comparabilidade
- d) Verificabilidade
- e) Tempestividade

21. (FCC/TCE GO/Contabilidade/2014) Os três atributos para que uma demonstração financeira seja considerada fidedigna são:

- A) Completa, neutra e livre de erro.
- B) Suficiente, prudente e livre de fraude.
- C) Limitada, suficiente e livre de erro.
- D) Integral, prudente e livre de fraude.
- E) Adequada, possível e livre de erro.



22.(FGV/TCM SP/Contador/2015) Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:

- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

23.(FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014) Os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, representam os usuários primários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

Neste sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) Esses usuários individuais possuem as mesmas necessidades de informação.
- b) Esses usuários podem requerer que as entidades, que reportam a informação, prestem as informações de que necessitam, diretamente.
- c) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem atender a todas as informações que esses usuários necessitam.
- d) Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.
- e) Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral devem divulgar o valor da entidade que reporta a informação.

24.(FGV/Técnico Contábil/AL/BA/2014) Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
- b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
- c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
- d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
- e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela



25.(FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015) Os administradores da Distribuidora de Energia Elétrica Lambda S.A comunicaram aos auditores independentes da companhia, durante a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício de X1, sua intenção de reconhecer como ativo o direito ao aumento de tarifas de X2 para fazer frente ao aumento de seus custos não gerenciáveis durante X1.

Dentre os argumentos apresentados pelos administradores da companhia aos auditores para convencê-los da adequação dessa política contábil, é consistente com uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira útil, tal qual definido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o de que essa política:

- a) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita.
- b) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia.
- c) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras.
- d) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo.
- e) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifárias da companhia.

26.(CESPE/Perito Criminal– Ciências Contábeis/PC/PE/2016) As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a NBC TG 1374/2011, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

27.(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016) O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

28.(CESPE/PF/Contabilidade/2014) A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.



29.(CESPE/MPU/Atuarial/2015) Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.

30.(CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013) A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

31.(FBC/Exame de Suficiência/2013.2) Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

a) F, F, V.

c) V, F, V.

b) F, V, F.

d) V, V, F.

32.(FBC/Exame de Suficiência/Técnico/2012.2) De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.

b) Relevância, Compreensibilidade e Prudência.

c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.

d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.

33.(FBC/Exame de Suficiência/2012.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

a) comparabilidade e valor justo.

b) relevância e representação fidedigna.

c) tempestividade e materialidade.

d) verificabilidade e objetividade.



18. GABARITO



- | | |
|-------|------------|
| 1. A | 18. A |
| 2. D | 19. E |
| 3. E | 20. A |
| 4. B | 21. A |
| 5. E | 22. C |
| 6. B | 23. D |
| 7. E | 24. E |
| 8. A | 25. B |
| 9. D | 26. A |
| 10. C | 27. ERRADO |
| 11. A | 28. ERRADO |
| 12. B | 29. ERRADO |
| 13. C | 30. ERRADO |
| 14. A | 31. D |
| 15. D | 32. D |
| 16. D | 33. B |
| 17. C | |



19. RESUMO



As demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

1) Características qualitativas fundamentais

1.1 - Relevância

1.2 - Representação fidedigna

2) Características qualitativas de melhoria

2.1 - Comparabilidade

2.2- Capacidade de verificação

2.3 - Tempestividade

2.4 – Compreensibilidade

Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna).

Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade).

Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

Representação Fidedigna: Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

Completa: a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Neutra: deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Livre de erros: não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.



Comparabilidade: é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Consistência: embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

Capacidade de verificação - ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.

Tempestividade: significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e

b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.



Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Compreensibilidade: significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

Restrição de custo: O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.